



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE DIREITO  
MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO

IMUNIDADE TRIBUTÁRIA SOBRE TEMPLOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO  
SILÊNCIO DOS JURISTAS ACERCA DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA

Guilherme Martins do Nascimento

Brasília

Dezembro/2015

Guilherme Martins do Nascimento

IMUNIDADE TRIBUTÁRIA SOBRE TEMPLOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO  
SILÊNCIO DOS JURISTAS ACERCA DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA

Monografia apresentada como requisito parcial  
para a obtenção do grau de bacharel em Direito  
pela Faculdade de Direito da Universidade de  
Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Evandro Charles Piza Duarte

Brasília

Dezembro/2015

Guilherme Martins do Nascimento

IMUNIDADE TRIBUTÁRIA SOBRE TEMPLOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO  
SILÊNCIO DOS JURISTAS ACERCA DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Direito  
pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília à banca examinadora composta por:

---

PROF. DR. EVANDRO CHARLES PIZA DUARTE

(Orientador)

---

PROFA. ME. LUCIANA DE SOUZA RAMOS

(Examinadora)

---

MESTRANDO MARCOS VINÍCIUS LUSTOSA QUEIROZ

(Examinador)

---

PROF. DR. MENELICK CARVALHO NETTO

(Suplente)

## **AGRADECIMENTOS**

Uma vida somente pode ser considerada como tal a partir do momento em que dividimos todas as sensações advindas das mais diversas experiências. De nada valeria situar-se em uma esfera distanciada de tudo e todos, pois é somente com uma base de compartilhamento de vivências que podemos considerar que estamos errando, (re)construindo e crescendo.

Agradeço imensamente, em primeiro momento, por todo suporte que mamãe e papai, Maria Cícera Martins do Nascimento e Ivanildo Alcântara do Nascimento, forneceram durante o meu curso de graduação. Das diversas vezes que pensei em desistir, a imagem que forneciam, o colo para descansar e chorar, além das palavras sábias que soltavam, sempre me ajudavam a levantar e criar mais resistência para os próximos desafios. Posso dizer que muito do que consegui teve como base essa estrutura amorosa, sem contar os sacrifícios que fizeram para me manter firme no meu caminho.

Não posso deixar de fora o resto da minha família. Todo o carinho que foi dado, e ainda é fornecido, sempre bem recebido pela minha pessoa. Embora haja dificuldades em reunir todos e todas em um único local, sinto que os desejos de felicidade são passados e a mesma vontade é recíproca partindo de mim. Obrigado por acreditarem no meu esforço.

Devo também agradecer por todo tipo de amizade que acabei construindo durante a minha passagem na universidade. Desde companheiros e companheiras de sala e corredores da faculdade, professores e professoras, até dentro de grupos como o PET-Dir, amigos e amigas que cruzaram meu caminho, os momentos que desenvolvi com as pessoas foram cruciais para o meu aprendizado e auto-questionamento de mim mesmo. Espero que os vínculos formados não se desvaneça, devendo durar para sempre, pois são especiais.

Por fim, não menos importante, agradecer pela presença do meu povo e dos Orixás na minha vida. Este ano de 2015 foi um ano de revelações particulares que somente foi possível graças às orientações que me foram dadas. Espero um dia retribuir mais ainda por tudo que me foi proporcionado.

## **RESUMO**

O presente trabalho visa a apontar uma crítica a respeito da construção e aplicação jurídica do instituto da imunidade tributária sobre templos de qualquer culto, previsto no art. 150, VI, *b*, da Constituição Federal de 1988. Como uma ferramenta capaz de provocar mudanças no mundo fático, o Direito apresenta-se como modificador da realidade de diversos grupos sociais, principalmente partindo-se de decisões judiciais a respeito de terreiros de Umbanda e Candomblé, por exemplo. Analisando-se a construção doutrinária a respeito da imunidade tributária em comento, e como a doutrina influencia a fundamentação decisional nos Tribunais Superiores, verifica-se um silêncio gritante acerca dos terreiros. Tendo em visto a narrativa histórica brasileira, perpetuada por perseguições institucionais e sociais para com os povos que carregavam o semblante negro, fica evidente que ocorreria um reflexo dessa tentativa de invisibilidade no Brasil contemporâneo. Essa invisibilidade, a partir dos juristas, torna-se contraditória quando colocada de frente ao atual paradigma constitucional do Estado Democrático de Direito, onde se busca uma maior valorização de comunidades que carregam consigo a imagem do corpo negro em diversos aspectos, dentre eles, a própria religião de matriz africana.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imunidade tributária sobre templos de qualquer culto; Religiões de matriz africana; Liberdade religiosa; Intolerância religiosa institucional; Valorização de terreiros; Racismo.

## ABSTRACT

The present paper aims at pointing a criticism about the construction and legal application of the institute of tributary immunity on worship temples of any religion, provided by art. 150, VI, *b*, in Constituição Federal of 1988. As a tool that can cause changes in the factual world, the Law shows itself like a modifier of the reality of different social groups, especially from judicial decisions concerned with *terreiros* of Umbanda and Candomblé, as example. Analyzing the construction of the doctrine with respect to the tributary immunity indicated, and how this doctrine influences the reasons of the judicial decisions in the Superior Courts, ascertains that there is a huge silent about *terreiros*. In view of the brazilian historical narrative, perpetuated by the various institutional and social persecution against the people whom carries the black countenance, it is becomes apparent that occurs an reflex of that attempt to render not visible in the contemporary Brazil. This invisibility, from the jurists, became paradoxical when put it in front of the actual constitutional paradigm of the democratic State based on the rule of the Law, where seeks improve the communities that carries with them the image of the black figure in so many aspects, among them, the particular religions of African origin.

**KEY-WORDS:** Tributary immunity on worship temples of any religion; Religions of African origin; Religious freedom; Institutional religious intolerance; Valorization of the *terreiros*; Racism.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO I: A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA SOBRE TEMPLOS DE QUALQUER CULTO NO DIREITO BRASILEIRO.....</b>	<b>15</b>
1.1 Aspectos Gerais da Imunidade Tributária.....	16
1.1.1 Imunidade e Isenção.....	16
1.1.2 Abrangência da Imunidade Tributária.....	17
1.2 Imunidade tributária sobre templos de qualquer culto.....	21
1.2.1 A imunidade sobre templos nas Constituições brasileiras.....	22
1.2.1.1 Constituição do Império do Brasil de 1824.....	22
1.2.1.2 A Constituição da República do Brasil de 1891.....	24
1.2.1.3 Constituição Federal de 1934.....	25
1.2.1.4 Constituição Federal de 1937.....	26
1.2.1.5 Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946.....	27
1.2.1.6 Constituições da República Federativa do Brasil de 1967 e de 1969.....	28
1.2.1.7 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	29
<b>CAPÍTULO II – O SILÊNCIO DOS JURISTAS SOBRE AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA E A INFLUÊNCIA DA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA HEGEMÔNICA.....</b>	<b>32</b>
2.1 A Doutrina e a Formação da Argumentação Jurídica Excludente.....	33
2.2 O Tratamento nos Julgados do STF e STJ e a Legitimação da Exclusão.....	38

2.3 Processos de construção histórica universal e a dinâmica institucional de discriminação.....	43
<b>CAPÍTULO III – A INADEQUAÇÃO CONSTITUCIONAL DO SILÊNCIO DOS JURISTAS.....</b>	<b>50</b>
3.1 Terreiros como agentes culturais e políticos.....	51
3.2 Parâmetros Constitucionais para Adequação da Imunidade aos Templos Religiosos de Matriz Africana.....	53
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>57</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>60</b>



## INTRODUÇÃO

No início do ano de 2014, o Ministério Público Federal do Rio de Janeiro (MPF-RJ) ajuizou uma Ação Civil Pública, com base na representação feita pela Associação Nacional de Mídia Afro, em face da Google Brasil Internet Ltda<sup>1</sup>. O intuito do ajuizamento era a retirada de diversos vídeos postos no *youtube*, uma vez que estes últimos foram considerados ofensivos às manifestações religiosas afro brasileiras, candomblé e umbanda, perfazendo um discurso de ódio e intolerância por motivos religiosos<sup>2</sup>.

Eugenio Rosa de Araujo, Juiz Federal da 17ª Vara Federal, em sentença prolatada em 24 de abril de 2014, fundamentou, sem entrar na análise do mérito da liminar, no sentido de manter os vídeos discriminatórios, além de descaracterizar as religiões de matriz africanas como tais. Nestes termos,

“[...] ambas manifestações de religiosidade não contêm os traços necessários de uma religião a saber, um texto base (corão, bíblia etc.) ausência de estrutura hierárquica e ausência de um Deus a ser venerado”, e que, portanto, “as manifestações religiosas afro-brasileiras não se constituem em religiões, muito menos os vídeos contidos no Google refletem um sistema de crença – são de mau gosto, mas são manifestações de livre expressão de opinião”<sup>3</sup>.

A mensagem passada pelo juiz é carregada de um peso que é suportado pela população negra, desde os tempos coloniais. Uma carga que chega a provocar questionamentos importantes quando da fundamentação utilizada, abordando-se as religiões de matriz africana. Sendo assim, nos aparecem os seguintes problemas: o

---

<sup>1</sup> Justiça Federal. 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Ação Civil Pública - Processo nº 0004747-33.2014.4.02.5101 (2014.51.01.004747-2), Ministério Público Federal (autor) e Google Brasil Internet Ltda. (réu).

<sup>2</sup> Em um primeiro momento, o MPF-RJ, ao constatar o caráter ilícito presente nos vídeos, expediu recomendação a Google Brasil Internet Ltda., gerando o Processo Administrativo nº 1.30..001.000568/2014-30, para que fossem retirados os vídeos, com base na Constituição Federal de 1988 (arts. 3º e 5º, LX), na Convenção Americana de Direitos Humanos (art. 13, § 7º), no Estatuto da Igualdade Racial (arts. 23 e 26) e na Lei nº 7.716/89 (arts. 1º e 20, § 3º). Em resposta, a Google Brasil Ltda. informou que tais vídeos retratam, de maneira fiel, a liberdade religiosa do povo brasileiro, mantendo as reproduções visuais no *youtube*.

<sup>3</sup> Justiça Federal. 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Sentença de 1º Grau da Ação Civil Pública nº 0004747-33.2014.4.02.5101. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/arquivos/2014/5/art20140519-06.pdf>>. Acesso em 20 maio 2014.

critério adotado pelo magistrado consistia em que tipo de fundamento para descaracterizar os cultos de matriz africana como religiões? A existência e resistência de terreiros, em uma sociedade brasileira, que se encontra sob o paradigma constitucional de um Estado Democrático de Direito, não deveria fazer valer sua religiosidade dentro de uma conjuntura de valoração cultural constitucional?

\*\*\*

Desde a promulgação da presente Constituição Federal de 1988, muito se falou da existência de uma revolução paradigmática quanto à percepção de direitos, individuais e coletivos, antes não garantidos. Tamanha a repercussão que a Constituição proporcionou, chegando a ser denominada de constituição democrática cidadã (DUARTE, 2011, p. 46). Contudo, embora a atual Constituição estabeleça as orientações fundamentais para dar ênfase na concretude de direitos plurais, a aplicação de normas constitucionais não vem se apresentando no mundo fático de forma efetiva.

Como um dos principais motores dentro da construção histórico, social e jurídico, o Outro – consubstanciado na imagem do negro e do índio – (DUSSEL, 1993) acaba por ser desprezado como sujeito histórico, uma vez que sua importância não é marcada por características positivas, mas, tão somente, por aspectos negativos. Desse modo, em diversos campos, a cultura de matriz africana, por exemplo, apesar de ter contribuído para própria formação do atual contexto brasileiro, procura persistir em um mundo que se apresenta plural e, simultaneamente, orienta-se na negação da importância do negro e de sua cultura em alguns campos, ante a ausência de reconhecimento para com esse grupo (GUIMARÃES, 2014, p. 42).

Nessa linha, em que pese o texto constitucional apontar uma ampla gama de garantias e direitos das diversas religiões, em razão de se comprometer a uma estrutura de laicidade, verifica-se uma falta de abrangência sobre aquelas praticadas, predominantemente, por afrodescendentes. Não é difícil procurar e perceber a grande disparidade que reina na aplicação normativa, quando o conteúdo coloca como polo o semblante do negro (BERTÚLIO, 1989, p. 101-105). Dentro dessa conjuntura, a imunidade tributária, assegurada a qualquer templo religioso, por exemplo, não é garantida a locais sagrados dos praticantes de religiões de matriz africana, porém, em contrapartida, religiões cristãs desfrutam amplamente desses direitos e garantias.

As religiões de matriz africana se situam, portanto, em um mundo em que constantemente busca implicar violências, tanto sociais, como institucionais. Esses suplícios, sejam físicos, sejam simbólicos, possuem como base a intolerância para com a ontologia dessas religiões. São representações que detêm consigo as marcas da África, as quais fornecem toda bagagem necessária para formação cultural e religiosa brasileira. São características que “se associam à língua, aos códigos comportamentais, às expressões e instrumentos musicais, às danças, à culinária e à arte de um modo geral” (IPHAN, 2012, p. 26). Assim, a religiosidade do povo-de-santo<sup>4</sup> está retratada nessa conversa com a cultura africana, que vem sofrendo diversos tipos de ataques travestidos de legitimidade.

Essa suposta legitimidade vem se autoafirmando no decorrer da história brasileira. Como salientou CHAUI (2001), é uma atuação de um poder discricionário partindo-se de um Estado que se mostra conservador e autoritário, desde o descobrimento do Brasil até a tentativa de criação de uma nação.

Observa-se que, dentro da sociedade brasileira, o mito da democracia racial<sup>5</sup>, a qual foi se fundando institucionalmente, vai criando um muro jurídico transparente para segregar pessoas negras do universal. Significa dar apenas visibilidade a direitos expressos constitucionalmente para população negra, garantindo a existência das normas e princípios, porém sem ocorrer uma aplicabilidade de fato, pois esse grupo de indivíduos encontra-se fora do campo de percepção dos direitos.

A partir da criação de uma “nação sem preconceitos”, onde há a participação do Outro, inviabiliza-se a importância desse. Embora diversos brasileiros e brasileiras não se auto determinam racistas, a atuação em um campo institucional revela a prática de uma perseguição para com os negros, melhor dizendo, para com as representações de matriz negra, bastante evidente e que se diz legítima.

---

<sup>4</sup> Povo-de-santo é a denominação dada aos adeptos que cultuam os orixás, os voduns, as entidades, ou seja, aqueles que estão inclusos na prática de religiões de matriz africana.

<sup>5</sup> A democracia racial é um modelo ideal explicativo da questão racial, que se baseia na lógica de integração, passando a utilizar o conceito de cultura no lugar de raça. Esse modelo foi desenvolvido por Gilberto Freyre, na obra *Casa Grande e Senzala*, buscando uma perpetuação de uma ideologia racista. Fala-se em um encontro harmônico entre as três principais raças brasileiras (indígenas, negros e brancos). Todavia, essa integração busca omitir as posições que os brancos detinham como classe dominante, no sentido de apresentar essa parcela da população como mestiça desde a integração. O modelo não pauta o branco como superior responsável pelo progresso, enquanto à população negra era destinada todas as mazelas, símbolo de degeneração, mas apenas omite essa questão o que impossibilitaria sua própria contestação no futuro.

Desse modo, direitos que são tidos como universais não abrangem, de fato, aqueles que possuem vínculos com a África, principalmente os descendentes dos povos africanos. A exemplo da liberdade religiosa, prevista no art. 5º, VI a VIII, da Constituição Federal, verificamos que o acesso a essas prerrogativas constitucionais são negados às religiões de matriz africana. Há uma fuga do preceito de laicidade estatal<sup>6</sup> estabelecido, também na própria Lei Maior (art. 19, I). Basta atentarmos as constantes intervenções em terreiros, por parte do Estado<sup>7</sup>, e as práticas de intolerância religiosa de grupos sociais consubstanciadas em violências que, literalmente, reduzem a pó as áreas sagradas destinadas aos cultos de matriz africana<sup>8</sup>.

É diante dessa contradição fática-normativa, presente no espaço brasileiro, que indagamos a presença de uma atuação racista no âmbito institucional. Mesmo diante de prerrogativas constitucionais que buscam valorizar uma pluralidade, ainda há perseguições para com o povo-de-santo. Perseguições essas calcadas na destruição de seus espaços, como no silenciamento dessas comunidades no contexto jurídico.

\*\*\*

Das premissas levantadas, o problema da existência de práticas racistas dentro do corpo do Estado nos aparece travestido de legitimidade a partir de argumentos expressos por autoridades. As decisões prolatadas pelo Judiciário tornam-se problemáticas sob a ótica constitucional vigente. Enquanto se busca a garantia de uma pluralidade social, paradoxalmente, no campo factual, há uma tentativa de homogeneização sócio-histórica a partir dos órgãos decisórios.

Essa homogeneização pode ser vista em que contexto? Para tratar a forma com que o emprego de uma decisão afeta, no âmbito empírico, as estruturas ligadas ao semblante negro, analisaremos o papel atinente à imunidade tributária sobre templos de

---

<sup>6</sup> Estado laico é a desvinculação da religião da própria vida política e institucional do país. Com o advento da República no Brasil, em tese, a Igreja Católica Apostólica Romana, antes vista como a religião oficial, deixou de fazer parte do corpo político brasileiro, deixando de regular a vida pública. Ver: <<http://www.conjur.com.br/2015-dez-06/processo-familiar-estado-laico-conquista-todos-familias>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

<sup>7</sup> A atuação do corpo institucional do Estado é bastante seletiva. No contexto do Distrito Federal, busca-se realizar fechamentos de terreiros de forma discricionária e racista, fugindo do aspecto de laicidade. Ver: <<https://mamapress.wordpress.com/2012/02/23/intolerancia-religiosa-no-planalto-central-prefeito-de-brasil-manda-lacrar-terreiros-de-candomble-e-umbanda/>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

<sup>8</sup> Práticas de destruição de terreiros no Distrito Federal, por parte de grupos criminosos, tornam-se uma ação quase que cotidiana nos dias atuais. Ver: <<http://fatoonline.com.br/conteudo/13378/intolerancia-religiosa-cresce-no-distrito-federal-e-entorno?or=i-not&p=re&i=3&v=0>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

qualquer culto, garantia constitucional prevista no art. 150, VI, *b*, da Constituição Federal de 1988. A partir dessa moldura, iremos atestar a tentativa das decisões judiciais, fundamentadas em uma doutrina que, acriticamente, expõe valores os quais não abrem margem para o reconhecimento identitário de terreiros, dificultando o usufruto de direitos constituídos pela população que pratica cultos de religião de matriz africana.

Em que consiste a garantia de imunidade tributária em relação aos templos? Como ela foi desenvolvida durante o processo histórico brasileiro? As perguntas servem para orientar e preparar a crítica a ser realizada para com os juristas, tanto doutrinadores quanto magistrados. Nesse sentido, no Capítulo I será demonstrada, de forma geral<sup>9</sup>, a construção do instituto da imunidade tributária. Serão elencadas características que definem o instituto, delineando o seu fundamento de ser, além de evitar equiparações errôneas com a isenção tributária. Em seguida, será analisada a espécie de imunidade tributária utilizada como objeto chave para o presente trabalho, qual seja, a imunidade tributária sobre templos de qualquer culto. Quanto a essa espécie, iremos realizar uma passagem por todas as Constituições brasileiras, até chegar em sua disposição normativa atual. O motivo desse percurso histórico objetiva compreender como foi desenvolvido o instituto paralelamente a construção de outra garantia constitucional: a liberdade religiosa.

Porém, como se dá a compreensão da imunidade tributária sobre templos de qualquer culto pelos juristas? A ausência de um estudo aprofundado acerca do instituto constitucional, onde se replica um conhecimento superficial nos manuais jurídicos, agravando a formação nos cursos de graduação, faz com que seja dificultoso um aprendizado crítico do instituto constitucional. A partir disso, gera-se uma aplicação dogmática jurídica defasada. O Capítulo II, portanto, evidenciará, em um primeiro momento, as falas de doutrinadores em relação à garantia imunitória em questão. Posteriormente, buscaremos relacionar a influência da doutrina em julgados de órgãos decisoriais superiores, quais sejam, o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal

---

<sup>9</sup> Há uma dificuldade de aprofundamento quanto à matéria, pois o estudo jurídico, por parte da própria doutrina, não se debruça sobre a construção histórica, em uma análise crítica, dessa espécie de imunidade tributária. Desse modo, buscamos, tão somente, realizar uma metodologia de leitura das Constituições brasileiras e, a partir das expressões encontradas em seus dispositivos, referentes à liberdade religiosa e imunidade tributária, produzir as críticas no presente trabalho de conclusão de curso.

de Justiça, salientando como os acórdãos acabam por assentar e perpetuar o processo de negação do Outro.

Por fim, essa postura adotada pelos juristas encontra-se contraditória frente a perspectiva constitucional adotada pelo Estado Democrático de Direito<sup>10</sup>? O Capítulo III se encarregará de demonstrar o papel de agente histórico-cultural que os terreiros carregam consigo. Mesmo sendo entes que passaram a estar englobados pelo corpo jurídico constitucional, há de se falar em um necessário reconhecimento dessas identidades, como forma de se fazer valer o direito material preconizado na Constituição. A simples previsão normativa de sua inclusão, ou seja, um sentido formal, não garante a efetivação de direitos desses grupos que possuem como base religiões de matriz africana. Nesse sentido, serão apresentadas medidas políticas e normativas, a exemplo do I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana<sup>11</sup>, de modo a tornar efetivas as garantias previstas na Constituição.

---

<sup>10</sup> O paradigma constitucional do Estado Democrático de Direito abre um conjuntura em que a Constituição assume uma centralidade no ordenamento jurídico, não somente do ponto de vista formal-hierárquico, mas também material. Desse modo, a Lei Maior busca garantir um maior pluralismo político, assegurando a participação de todos cidadãos na elaboração do Direito e assegurar valores mínimos, tal como a dignidade da pessoa humana e o funcionamento do regime democrático, sem serem afetados por maiorias políticas eventuais.

<sup>11</sup> A política afirmativa em questão será apresentada no Capítulo III.

## **CAPÍTULO I – A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA SOBRE TEMPLOS DE QUALQUER CULTO NO DIREITO BRASILEIRO**

O Estado é um ente que atua na sociedade de forma bastante vasta. A disponibilização de serviços essenciais, provendo necessidades coletivas, por exemplo, encontra-se como uma característica intrínseca do Estado. Todavia, esse fornecimento precisa ser subsidiado de alguma maneira, uma vez que a máquina estatal necessita de recursos materiais, receita pública<sup>12</sup>, para que possa se sustentar. A principal forma de arrecadação desses recursos se dá via cobrança tributária<sup>13</sup> (AMARO, 2012, p. 39-40).

Isso posto, percebemos que o Estado assume um dos polos dentro de uma relação tributária, adquirindo para si a posição de polo ativo, como aquele que arrecada recursos oriundos do polo passivo – contribuinte –, em razão das atividades desempenhadas para este último. Essa relação deve ter como base a competência tributária, como pré requisito para criação e majoração de tributos, descrevendo as hipóteses de incidência. Tendo o papel de polo ativo, o Estado, então, possui a capacidade de exigir do polo passivo recursos bastantes ao custeio das atividades estatais<sup>14</sup> (CARRAZZA, p. 513-514). Todavia, essa cobrança não deve ser absoluta.

O poder de tributar deve ser limitado pelo ordenamento jurídico, uma vez que há margem para um exercício arbitrário da tributação sem um mecanismo de controle. Buscando conciliar a carga valorativa ao texto constitucional, decorrem institutos que auxiliam na proteção da invasão patrimonial feita pelo Estado, limitando o poder de tributar. Um dos maiores exemplos de limitação é a previsão constitucional da

---

<sup>12</sup> Como salientou Aliomar Baleeiro, em “Uma introdução à ciência das finanças”, trata-se de todo e qualquer montante que venha a crescer, de forma definitiva, o patrimônio público, como elemento novo e positivo, com condição prévia de saída.

<sup>13</sup> Conforme MACHADO, na obra “Curso de Direito Tributário”, o Fisco, denominação dada ao Estado no campo tributário, tem para si o poder de tributar. Esse poder nada mais é que uma expressão da soberania estatal, em respeito a normas previamente fixadas, onde se consubstancia a capacidade de exigir compulsoriamente contraprestações pecuniárias da sociedade, devido às prestações de serviços prestados para ela. Essas exigências são feitas por meio de tributos, seja criando-os, seja majorando aqueles já existentes no ordenamento jurídico.

<sup>14</sup> Na produção doutrinária de SABBAG, de título “Manual de Direito Tributário”, é apontado que essa relação não é pautada em uma relação de poder-força, mas sim em uma vinculação com o poder-direito, pois o poder de tributar decorre do consentimento do contribuinte em se sujeitar ao Estado, devido a norma jurídica presente no mundo jurídico e caberá ao polo ativo executar o que está previsto nos dispositivos normativos.

imunidade tributária cujo fundamento é a proteção de valores considerados como importantes pela Constituição (AMARO, 2011, p. 175).

Observado esse contexto, este primeiro capítulo busca delimitar o tema central que será abordado no decorrer do presente trabalho, qual seja, imunidade tributária sobre templos que qualquer culto. Aqui, irá importar a conceituação jurídica do instituto imunidade tributária, demonstrando os aspectos gerais, bem como seu campo de atuação. Além disso, para uma melhor compreensão do instituto, será apresentado o seu desenvolvimento no direito constitucional brasileiro, partindo-se da Constituição do Império de 1824 até a vigente Constituição Federal de 1988.

## **1.1 Aspectos Gerais da Imunidade Tributária**

### **1.1.1 Imunidade e Isenção**

O ordenamento jurídico brasileiro atual, dentro do campo de competência tributária, prevê a possibilidade de cada ente político federativo exercer seu poder de tributar, qual seja a instituição de tributos, bem como exercer a capacidade de criação de institutos jurídicos, buscando a arrecadação de patrimônio suficiente para se manter e exercer suas atividades estatais (art. 60, § 4º, I, Constituição Federal de 1988) (SABBAG, 2014, p. 39). Isso se dá em razão da relação de tributação que está pautada não em uma relação de poder-força, mas sim de poder-direito, advindo do consentimento dos indivíduos à estrutura legal e, conseqüentemente, ao Estado (SABBAG, 2014, p. 55-56).

Nesse sentido, percebe-se que a Constituição Federal regrou, de forma exaustiva, o exercício das competências tributárias, de modo a retirar do legislador ordinário a faculdade de definir o alcance de normas que estabelecem os tributos (SABBAG, 2014, p. 288). Todavia, a competência tributária não pode ser considerada absoluta. Paralelamente, do mesmo modo em que é posta a capacidade de criar, majorar e cobrar tributos, o sistema jurídico nacional estabelece limites sobre essa competência tributária, no sentido de retirar determinados objetos dessa competência ou restringir o exercício da mesma (AMARO, 2012, p. 127-128).

Fala-se aqui em uma delimitação negativa da atuação estatal, marcada por normas constitucionais e infraconstitucionais. Em síntese, segundo o entendimento pacífico dos manuais doutrinários de Direito Tributário, restringe-se o campo de atuação



do poder de tributar, seja no plano do exercício dessa competência estabelecida constitucionalmente, seja no campo da definição da competência. Respectivamente, falamos a respeito da isenção tributária e da imunidade tributária (COELHO, 2009, p. 137).

Pelo fato de ambos buscarem a limitação da ação do Estado Fiscal, posto que resultem em uma mesma consequência, qual seja, o não pagamento de determinado tributo. Assim, há margem para que muitos confundam os institutos entre si, mesmo com características bastante distintas (SABBAG, 2014, p. 292). Sendo assim, levantaremos alguns pontos essenciais para que haja uma melhor delimitação temática do objeto do presente trabalho.

Isenção é definida como uma hipótese de exclusão de crédito tributário<sup>15</sup>. Ou seja, embora haja incidência tributária sobre determinado fato gerador<sup>16</sup> tipificado em norma, ocorrendo o surgimento da obrigação tributária, há o impedimento do lançamento do crédito. Importa ressaltar que o único modo de previsão é por meio de previsão legal não constitucional. Ademais, a norma de isenção deve ser interpretada de forma literal, de acordo com previsão do art. 111 do Código Tributário Nacional, uma vez que é uma causa de exclusão de crédito (SABBAG, 2014, p. 291-292).

Por outro lado, a imunidade tributária, também inserida no conjunto de limitação da atuação estatal, quanto ao poder de tributação, diferencia-se da isenção, resumidamente, pelo fato de encontrar-se em disposições constitucionais que abordam a competência tributária de entes políticos da Federação. No caso, trata-se de elencar hipóteses constitucionais em que não deverão ocorrer a incidência tributária. (AMARO, 2011, p. 174-176). Além disso, há de se afirmar que a imunidade, em contraste com a

---

<sup>15</sup> Para doutrina clássica (Bernardo Ribeiro de Moraes, Amílcar de Araújo Falcão, Rubens Gomes de Sousa, José Washington Coelho, Cláudio Martins, Walter Paldes Valério, Fábio Fanucchi), a isenção e a imunidade são formas de extinção de obrigação pelo dispensamento do crédito, pelo fato de serem regras “não juridicizantes”, na medida em que produzem situações de não-incidência. Todavia, Sacha Coêlho diverge desse posicionamento, no sentido de que ambos os institutos advêm de técnicas legislativas, dotadas, portanto, de aspecto jurídico que é intrínseco à formação das hipóteses de incidência da norma de tributação.

<sup>16</sup> Fato gerador é uma situação fática tipificada no ordenamento jurídico que consolida a relação tributária entre o Fisco e o contribuinte (arts. 114 e 115 do CTN).

norma de isenção, deve ter uma interpretação ampla, segundo entendimento pacificado pelo Supremo Tribunal Federal<sup>17</sup> (CARRAZZA, 2010, p. 757).

Por fim, há um entendimento de que a regra da imunidade tributária não é auto-aplicável de imediato em todos os casos previstos na Constituição. COELHO salienta que a regra expressa carece de acréscimo normativo, pois a Constituição estabelece que para o gozo da imunidade deve-se atender certos requisitos previsto por lei complementar (2009, p. 266).

O fato de ser por lei complementar e não por lei ordinária possui duas razões. Em um primeiro momento, a imunidade ficaria a mercê da vontade dos próprios destinatários da restrição. Seria garantir ao legislador ordinário poder permanente de ementa à Constituição. Por outro lado, seria admitir duas fórmulas constitucionais para operar uma só matéria, no sentido de ocorrer antinomia entre os arts. 146, II, e 150, VI, da CF. Desse modo, vale dizer que toda limitação do poder de tributar deve ser feita mediante lei complementar, qual seja, o Código Tributário Nacional, especificamente nos arts. 9º, IV, b e c, e 14<sup>18</sup> (COELHO, 2009, p. 266-267).

### **1.1.2 Abrangência da Imunidade Tributária**

Pelo exposto, verificamos que a imunidade tributária não é um fim em si mesmo. O instrumento jurídico deve ser pautado como um freio à própria atuação do Estado Fiscal, contendo o avanço do poder de tributar, inibindo por meio da exclusão de determinados objetos como alvos da competência tributária. A principal consequência advinda dessa restrição é o enaltecimento, bem como a proteção, de certas liberdades prestigiadas constitucionalmente (CARRAZZA, 2010, p. 755-756).

O STF já decidiu, na ADI 939, que algumas imunidades configuram verdadeiras garantias constitucionais em defesa de liberdades públicas

---

<sup>17</sup> Ver acórdãos: RE 102.141-1/RJ. STF, Segunda Turma, Rel. Min. Carlos Madeira, DJe de 29 nov. 1985; RE 627.815/PR. STF, Rel. Min. Rosa Weber. DJe de 01 out. 2013;

<sup>18</sup> Mesmo sendo a única jurista situada na pesquisa em que cuja doutrina haja a presença expressa de terreiros, quanto à matéria de imunidade tributária sobre templos, reforça a característica de que a Constituição Federal de 1988 não detém efeitos plenos, devendo recorrer à esfera hierárquica normativa inferior à Constituição. Essa área legal gera inquietações, pois retira a aplicação autoexecutável de uma garantia constitucional interligada diretamente com o exercício da liberdade religiosa, dificultando o acesso de uma garantia de direitos para os adeptos das religiões de matriz africana. Como será apresentado, o uso de um corpo legal infraconstitucional não garante uma efetivação de garantias constitucionais, pois são os ordenamentos ordinários e complementares que inviabilizam o acesso desses grupos minoritários ao Direito e a própria prática religiosa.

consagradas no texto constitucional, tais como liberdade sindical, liberdade de culto, liberdade de organização partidária, liberdade de expressão intelectual e liberdade de informação (MENDES, 2011, p. 1482-1483).

Segundo COELHO, a atual Constituição Federal exprime certos valores éticos, aos quais confere certas garantias e proteções. Isso se dá em razão da harmonia existente entre os princípios de tradição humanista, que descendem da concepção democrática de vida e governo, com a qual o Brasil possui vínculos (2009, p. 265).

O sistema jurídico brasileiro atinge uma margem variada de tributos, não se restringindo apenas aos impostos<sup>19</sup>. Mesmo com as principais imunidades constantes na seção “Das limitações ao poder de tributar”, da Constituição Federal de 1988, alguns comandos imunitórios também fazem menção a desoneração de taxas<sup>20</sup> e contribuições sociais<sup>21</sup>. Para tanto, basta ter como exemplos a não incidência sobre receitas decorrentes de exportação (art. 149, § 2º, I, da CF) e a propositura de solicitações de registros e certidões por aqueles reconhecidamente pobres (art. 5º, XXXIV, *a* e *b*, LXXIII, LXXIV, LXXVI e LXXVII, da CF). Nesse sentido, somente inexistem imunidades para: contribuições de melhoria<sup>22</sup> e empréstimos compulsórios<sup>23</sup> (SABBAG, 2014, 293).

Dentro de uma zona ampla de atuação do instituto em questão, importa aqui algumas imunidades previstas no art. 150, VI, e alíneas, da Constituição Federal, não se debruçando detalhadamente. A escolha por estas hipóteses foi realizada na perspectiva de serem as principais, por se situarem na seção “Das Limitações ao Poder de Tributar”,

---

<sup>19</sup> Tributo unilateral cujo objetivo é custear as despesas públicas gerais ou universais, independentemente de qualquer atividade estatal específica, relativa à vida do contribuinte, à sua atividade ou a seu patrimônio (art. 16 do CTN).

<sup>20</sup> Tributo vinculado a atividade estatal, consubstanciada no exercício regular do poder de polícia ou na utilização de serviço público específico e divisível, onde o Estado cobra do contribuinte da pessoa a quem aproveita dessa prestação de serviço (art. 77 do CTN).

<sup>21</sup> Tributo caracterizado pelo fim em que é empregado. O produto das arrecadações deve ser destinado a financiar atividades de interesse público, beneficiando certo grupo e contribuinte (art. 217, V, do CTN).

<sup>22</sup> Tributo cobrado de proprietários de bens imóveis para custear obras públicas de que decorra valorização imobiliária. É um tributo especial, pois depende da valorização do imóvel como fator gerador (arts. 81 e 82 do CTN).

<sup>23</sup> Tributo exigido de forma coativa, nos termos da lei, pelo Estado ou outra entidade pública de direito interno, para o custeio de suas próprias atividades, tendo como condição o pagamento à promessa de ulterior restituição com a fluência de juros (art. 148 da CF).

além de orientar para o objeto do presente trabalho de conclusão de curso, qual seja, aquela prevista na alínea *b*: a imunidade tributária sobre templos de qualquer culto.

Segundo o dispositivo constitucional citado, as principais imunidades consubstanciam-se em: *a* – imunidade recíproca entre entes políticos; *b* – imunidade sobre templos de qualquer culto; *c* – imunidade sobre partidos políticos, sindicatos, instituições de educação e entidades de assistência social; *d* – imunidade sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a impressão; *e* – imunidade musical<sup>24</sup>.

A imunidade das entidades políticas, também considerada como imunidade recíproca, é a mais antiga exoneração tributária, surgindo com a Constituição de 1891, e perpetuando-se ainda hoje na Lei Maior vigente (art. 150, VI, *a*) (SABBAG, 2014, p. 298). O elemento teleológico para sua aplicação é justamente a indissolubilidade do pacto federativo entre os entes políticos, fundamentando-se na supremacia do interesse público sobre o privado e na ausência de capacidade contributiva das pessoas políticas<sup>25</sup> (AMARO, 2011, p. 178).

Um segundo caso de imunidade a ser delineada associa-se ao aspecto de não autoaplicação, em que estão enquadradas quatro pessoas jurídicas: partidos políticos, sindicatos, instituição de educação e entidade de assistência social (art 150, VI, *c*, da CF). Aqui, deve-se ler conjuntamente com o art. 150, §4º, onde se chega ao resultado de que a desoneração tributária deve abranger não somente as atividades essenciais, mas também o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com elas, restringindo-se, em tese, apenas a impostos<sup>26</sup>. Para o gozo dessa garantia, deve-se atender dois requisitos: comprovação de que o valor arrecadado está destinado às atividades institucionais e a ausência de prejuízo a livre concorrência (SABBAG, 2014, p. 347-360).

---

<sup>24</sup> A partir da Emenda Constitucional nº 75, publicada em 15 de outubro de 2013, acrescentou-se mais um alínea ao corpo do art. 150, VI, em que se institui a imunidade musical, desonerando impostos sobre fonogramas ou videogramas de conteúdo musical produzido no Brasil. Axiologicamente, vem promover o acesso à cultura que a alínea *d* do artigo mencionado carrega consigo. Assim como a imunidade sobre imprensa, possui natureza objetiva.

<sup>25</sup> Nessa hipótese, a incidência tributária não é absoluta, uma vez que há tributação quando os entes públicos, bem como as autarquias e fundações públicas, obtiverem patrimônio, renda ou serviços que estejam vinculados a exploração econômica e há também sobre bem imóvel objeto de contrato irrevogável e irretratável de compra e venda.

<sup>26</sup> Entidade beneficiante de assistência social, além de desoneração de imposto, também possui imunidade sobre contribuições social-previdenciárias, conforme art. 195, § 7º, da CF.

Além desses, dentro do rol do art. 150, VI, encontra-se a exoneração imunitória calcada na imprensa, alcançando não somente livros e jornais, mas também mídia eletrônica, obras virtuais, filmes, entre outros, sendo um dispositivo dotado de plena eficácia e aplicação imediata. Fala-se nesse caso de imunidade de natureza objetiva, uma vez que tem por objeto bens ou coisas, incidindo, portanto, impostos reais<sup>27</sup>. O fundamento desse dispositivo encontra-se amparado na proteção a livre manifestação de pensamento (SABBAG, 2014, p. 369-376).

Verificamos, portanto, que o fundamento de existência das normas imunizantes está pautado, justamente, na questão de preservação de valores inerentes à sociedade brasileira, decorrentes de princípios e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, a exemplo da liberdade religiosa, liberdade de expressão, liberdade política, direitos sociais, acesso à cultura, entre outros. Características que se encontram vinculadas na própria formação jurídica e social, porquanto ambos são componentes da própria história normativa do sistema jurídico brasileiro, algo que, como será demonstrado, não é contemplado amplamente pela doutrina em seus manuais de Direito.

Dentro dessa conjuntura, iremos abordar a imunidade tributária restante, prevista no art. 150, VI, da CF, qual seja, sobre templos de qualquer culto. Para tanto, iremos partir de uma descrição da regulamentação constitucional até chegarmos ao conceito aplicado nos dias atuais e como essa formação conceitual, no que tange aos limites de aplicabilidade dessa garantia constitucional, não abrange efetivamente práticas que remetam a religiões de matriz africana.

## **1.2 Imunidade tributária sobre templos de qualquer culto**

A partir da Constituição Federal de 1988, o Brasil insere-se no paradigma do Estado Democrático de Direito, sendo um produto de uma evolução histórica permeada por passagens, em tese, distintas entre si. Porém, esse processo sempre busca/buscou manter características que, ainda, remontam ao período quando do vínculo colonial como, por exemplo, o modelo de gestão pública pautado, ainda, em um aspecto

---

<sup>27</sup> Por se tratar de natureza objetiva, incidem-se impostos reais, quais sejam, o ICMS, o IPI, o II, e o IE.

burocrático<sup>28</sup>, até mesmo uma ausência de se pensar, criticamente, a assimilação de certos institutos anteriores pela Constituição posterior.

A Constituição Política do Império de 1824 inicia o primeiro período constitucional brasileiro, o qual estabeleceu o estado confessional no ordenamento jurídico no país que acabara de surgir como independente, onde a Igreja Católica era reconhecida como religião oficial<sup>29</sup>. Posteriormente, a experiência republicana, percebe-se um anseio por mudanças, porém, paralelamente, houve um desejo de manutenção de determinados *status* dentro da sociedade, seja de forma expressa, seja ocorrendo implicitamente. É o que se verifica quando se analisa a imunidade tributária sobre templos de qualquer culto como objeto de análise.

A mencionada imunidade não é aferida de forma plena a todas as religiões, posto que situam como fato de aplicação da garantia apenas um conjunto de templos no qual, em um pensamento majoritário, não se situam aqueles pertencentes à matriz africana. Essa configuração de uma suposta ausência de debate quanto à imunidade tributária sobre templos de qualquer culto pode ser consequência de uma ausência de um estudo crítico sobre o instituto.

Nesse sentido, ao utilizarmos a divisão histórica brasileira proposta por BALTHAZAR (2005), acerca da compreensão do contexto tributário de cada época da história brasileira, iremos verificar que, durante toda a história constitucional, nem sempre foi possível observar a presença da imunidade sobre templos de qualquer culto, o alcance que esse instituto carregava consigo, muito menos como se deu a recepção pela Constituição seguinte.

### **1.2.1 A imunidade sobre templos nas Constituições brasileiras**

---

<sup>28</sup> Para melhor expressar essa característica, observemos os princípios os quais se encontram na Administração Pública, repassados na formação jurídica dos cursos jurídicos: impessoalidade, eficiência, legalidade. Mesmo com a necessidade de superação de um modelo rígido e burocrático, verifica-se que essa esfera ainda persiste em manter uma estrutura que, muitas vezes, não condiz com a realidade. Ainda vigora no âmbito institucional o fenômeno do patrimonialismo que, segundo Sérgio Buarque de Holanda, em seu livro “Raízes do Brasil”, caracteriza um sistema de organização política de caráter pessoal, prevalecendo o interesse particular sobre as demais prerrogativas. Observando a estrutura de órgãos estatais, principalmente quanto a suas atividades, verifica-se a presença de um caráter seletivo para com determinados grupos sociais, a exemplo de condutas fiscalizatórias realizadas sobre terreiros.

<sup>29</sup> **Constituição Política do Imperio do Brazil**

Art. 5. A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fórma alguma exterior do Templo.

### 1.2.1.1 Constituição do Império do Brasil de 1824

A primeira Constituição do Brasil cujo surgimento se deu em 1824 estava situada em uma conjuntura política de emancipação de Portugal. Contudo, essa separação da metrópole acabou recaindo em outra dependência, baseada em aspectos econômicos, vinculando a Inglaterra como Portugal anteriormente. Essa mudança acabou acarretando forte repercussão no campo tributário e fiscal nas terras brasileiras (AMED, FERNANDO; NEGREIROS, PLÍNIO, p. 192).

Contudo, mesmo com a outorga da Constituição Imperial de 1824, que tinha como objetivo a criação de um corpo jurídico independente, demonstrou poucos efeitos práticos dentro do campo tributário. Por outro lado, com a instalação do Império, inaugurou-se também o Estado Confessional, o que gerou uma forte relação entre o poder estatal e a religião católica, já que essa era considerada a religião oficial no país (BALTHAZAR, 2005, p. 83).

A Constituição Imperial possuía poucas normas sobre tributação, uma vez que dava uma maior autonomia a Câmara dos Deputados para estipular impostos, bem como a atribuição de fixar anualmente as despesas públicas e repartir a contribuição direta. Quanto à imunidade, a Constituição da época não tratou do tema de forma expressa, mostrando-se bastante tímida (BALTHAZAR, 2005, p. 81).

Da leitura de seus dispositivos normativos, verificamos que havia uma presença implícita de imunidade no corpo da Constituição de 1824. No art. 179, XV<sup>30</sup>, encontramos certa proteção em face do poder fiscal do Estado da época. A partir da expressão “exempto”, que significa isento<sup>31</sup>, além da norma se encontrar no Título 8º, entende-se que é uma regra constitucional a qual remete a questão de imunidade como é entendida hoje (FILHO, ELOI; SOBRINHO, LITON, p. 6.187).

Uma vez que este princípio fosse seguido, estaria o Brasil em consonância com o liberalismo vigente desde a Constituição Francesa de 1791 e em busca de uma equidade maior no pagamento de tributos.

---

<sup>30</sup> Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Cívicos, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Imperio, pela maneira seguinte.

[...]

XV. Ninguém será exempto de contribuir para as despesas do Estado em proporção dos seus haveres.

<sup>31</sup> Cabe salientar que, na época, não havia uma distinção clara entre isenção e imunidade.

Se levado a cabo, o princípio acima faria com que se reformulasse completamente o sistema fiscal brasileiro. Diga-se que apenas ficou na forma da letra e sua aplicação esbarrou na estrutura sócio-econômica do Brasil de então. (AMED, 2000, p. 195)

Conforme salientam FILHO e SOBRINHO, “inexiste expressamente uma menção de imunidade tributária em qualquer de suas modalidades em tal contexto constitucional” (FILHO, ELOI; SOBRINHO, LITON, 2010, p. 6.187). Em que pese a inexistência de uma norma expressa acerca de imunidade sobre templos, qualquer que seja o culto, e a presença de um Estado Confessional, a Constituição do Império permitia o culto doméstico de outras religiões que não a católica. Em síntese, a partir de seu art. 5º, deu margem a manifestações religiosas no âmbito privado<sup>32</sup>.

Segundo SABBAG,

À época, toleravam-se outras liturgias, desde que o culto fosse doméstico ou particular, em casas especialmente a isso destinadas, sem jamais ser exercido o culto em locais externos. Portanto, no Brasil Imperial, prestigiava-se uma religião, a católica, com a concessão de direitos especiais, em detrimento das demais. Era uma espécie de césaro-papismo, em que a escolha de sacerdotes ou bispos dependia do aval do Imperador, o que demonstrava a simbiose entre a Igreja e o Estado (SABBAG, 2014, p. 329).

#### **1.2.1.2 A Constituição da República do Brasil de 1891**

A mudança do regime imperial para o republicano não teve, como salienta BALTHAZAR, uma grande repercussão, não podendo ser considerada uma verdadeira revolução<sup>33</sup>. Contudo, nada impediu que houvessem alterações relevantes no corpo da

---

<sup>32</sup> Muitos dos cultos realizados podem estar relacionados a práticas de religiões de matriz africana, porém, mesmo com a liberdade de manifestação religiosa, a partir de relatos apresentados por PARÉS (2007), percebemos que, embora o exercício tenha sido liberado, ainda ocorria várias ações de intolerância para com rituais que lembrava o semblante negro.

<sup>33</sup> Nas palavras de PEREIRA (1999), a tomada do poder pelo Marechal Deodoro da Fonseca, liderando um pequeno movimento militar, não passou de um golpe de estado, produzido pelo conflito existente entre diferentes grupos políticos, bem como pela combinação de uma série de fatores já elencados, sem a ausência de uma participação popular em massa. Cumpre salientar que diversos movimentos populares, os quais possuíam aspirações consideradas como modernas, também tinham um objetivo de mudança. Porém, o fato de ocorrer uma transição feita pelos militares pode remeter a uma necessidade de controle sobre a mudança, no sentido de ainda privilegiar um corpo estamental, mantendo privilégios ou, se não, permitir a aquisição de outros benefícios antes não garantidos.



sociedade, muito menos em relação ao ordenamento jurídico constitucional, uma vez que as normas, praticamente, se mantiveram (BALTHAZAR, 2005, p. 104).

Influenciada por ideais republicanos e pelo liberalismo, em 24 de fevereiro de 1891 é promulgada a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, com uma clara inspiração na Constituição dos Estados Unidos da América. Por meio dela, “consagrou o princípio federalista, com autonomia política, administrativa e financeira dos Estados-membros” (BALTHAZAR, 2005, p. 105). Além disso, estabeleceu uma ruptura com o Estado Confessional, de modo a retirar privilégios que a Igreja Católica possuía<sup>34</sup>.

A Constituição de 1891 previa, tão somente, duas hipóteses. Tratava-se de garantir imunidade sobre produtos exportados pelo Estado quando produzidos em outro Estado (art. 9º, § 2º), bens e rendas federais ou serviços de outro ente político (art. 10) e trânsito pelo território de um estado sobre produtos produzidos no interior ou exterior, bem como os veículos que os transportarem (art. 11, 1º) (ICHIHARA, 2000, p. 133-136).

Contudo, ainda não é feita qualquer referência à proibição de incidência de tributos sobre templos ou organizações religiosas no corpo constitucional, mesmo garantindo a liberdade de exercer publicamente e livremente o seu culto<sup>35</sup>.

### **1.2.1.3 Constituição Federal de 1934**

O Brasil pós-Império, seguiu o mesmo caminho que vinha trilhando no passado, reforçando ainda mais o caráter de não-revolução que foi empreendido no movimento de derrubada de Dom Pedro II (FILHO, ELOI; SOBRINHO, LITON, 2010, p. 6.187). Havia uma dominação evidente por uma elite que se pautava, apenas, em uma agricultura latifundiária de monocultura, buscando sempre a importação de produtos

---

<sup>34</sup> A partir de dispositivos constitucionais, a exemplo dos arts. 11, § 2º, e 72, § 7º, da Constituição de 1891, reiterava-se a ideia de que o Estado não deveria estar maculado pela lógica confessional que vigorava anteriormente.

<sup>35</sup> Diante de um cenário que buscava manter muitos privilégios que existiam no Império e herdados durante a relação colonial com Portugal, a Constituição de 1891 nada mais fez que acolher essas características e utilizar uma outra roupagem. Desse modo, mesmo que haja previsão legal e livre exercício público de qualquer culto, a realidade deveria se mostrar outra, com a percepção de atos de intolerância religiosa para com aqueles praticantes de religião de matriz africana, tendo em vista a permanência de uma cultura discriminatória contra a população negra.

estrangeiros, revezando-se no poder político<sup>36</sup>. Em face desse modelo, surge uma oposição populista.

A partir de então, uma nova Constituição foi elaborada, sendo promulgada em 16 de julho de 1934. Adotando-se a Constituição de Weimar de 1919 como referência a ser seguida, a ordem legal constitucional buscou traçar um modelo de social-democracia. A figura do Getúlio Vargas, assumindo uma posição de liderança ante a sua participação essencial na Revolução de 1930, vai definindo o programa político do país à época, de modo a evidenciar uma implantação do Estado do bem-estar social<sup>37</sup> (FILHO, ELOI; SOBRINHO, LITON, 2010, p. 6.187).

Essa Constituição inovou o campo tributário em diversos aspectos. Apresentou-se mais rígida e clara, firmando a autonomia dos Municípios, além de acrescentar impostos à competência da União, proibindo também a figura da bitributação, com intuito de evitar duplicidade de impostos idênticos (BALTHAZAR, 2005, p. 116-117).

Entretanto, a partir da análise da Constituição de 1934, ainda persistia, da mesma forma que na Constituição de 1891, uma ausência de previsão acerca de imunidades como é posto hoje, como a imunidade recíproca e a dos templos de qualquer culto (FILHO, ELOI; SOBRINHO, LITON, p. 6190).

Há de se destacar que no art. 113, 5º, da Constituição de 1934, buscou-se assegurar a inviolabilidade da liberdade de consciência e crença, de modo a reforçar a prática de cultos religiosos, desde que não contravenham contra a ordem pública e aos bons costumes. Percebemos que o dispositivo dá uma margem ampla para atos de discriminação, uma vez que a expressão “bons costumes”, dentro de uma sociedade que, historicamente, se remodela para garantir seu conservadorismo cultural, social e econômico, acarreta em uma exclusão das religiões afro, já colocadas a margem da comunidade como algo natural a ser considerado.

#### **1.2.1.4 Constituição Federal de 1937**

---

<sup>36</sup> Aqui encontra-se a famosa Política do Café-com-Leite, máxima expressão da política dos governadores.

<sup>37</sup> O ensejo na aplicação de um Estado de bem-estar social, voltado para garantia de direitos sociais, pode estar relacionado com o surgimento de uma inviolabilidade relativa de crença. Relativa, porquanto será demonstrado que havia presença de norma constitucional que limitava essa inviolabilidade apenas a determinadas religiões.

Em seguida, evitando ceder a posição de presidente, Getúlio Vargas defere o golpe político militar no ano de 1937, inaugurando o Estado Novo e, com ele, a nova Constituição brasileira (AMED, 2000, p. 264). Mesmo sendo fruto de um golpe militar, dentro da área fiscal, não ocorreu muitas modificações, mantendo-se quase que intacta os dispositivos tributários presentes na Constituição de 1934, principalmente no tocante às imunidades tributárias.

No mesmo sentido que a Constituição anterior, assegurava a todos os indivíduos, assim como as confissões religiosas, poderiam exercer pública e livremente o seu culto, desde que “associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum, as exigências da ordem pública e dos bons costumes”<sup>38</sup>.

Dentre as possíveis alterações, destaca-se a possibilidade da União de decretar impostos sobre importações estrangeiras, sobre consumo de quaisquer bens, sobre rendas e proventos, e sobre atos do próprio governo. Quanto aos Estados-membros, somente poderiam tributar, no sentido de criar ou majorar tributos, sobre áreas não urbanas, uma vez que a essas caberiam aos Municípios (FILHO, ELOI; SOBRINHO, LITON, p. 6190).

#### **1.2.1.5 Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**

Encurralado com os movimentos populares e isolado politicamente e militarmente, Getúlio Vargas abandona o cargo por pressão militar, iniciando-se uma nova etapa democrática e, conseqüentemente, uma nova Constituição (AMED, 2000, p. 269). Assim, com a promulgação da nova Constituição em 18 de setembro de 1946, os princípios democráticos de 1934 voltaram a ser restabelecidos, perdurando por mais de vinte anos na história brasileira.

No que diz respeito às limitações do Estado Fiscal, ocorreu aqui um alargamento de hipóteses abrangidas pelo instituto da imunidade tributária, sendo o texto constitucional que mais se assemelha à atual Constituição. Na Constituição de

---

<sup>38</sup> **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937**

Art. 122 – A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País o direito à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

4º) todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum, as exigências da ordem pública e dos bons costumes;

1946 as imunidades dos templos de qualquer culto, bens e serviços dos partidos políticos, das instituições de educação e de assistência social, se fizeram presentes expressamente (FILHO, ELOI; SOBRINHO, LITON, p. 1691).

Ademais,

eram imunes ao imposto de consumo os artigos que a lei classificasse como o mínimo indispensável à habitação, vestuário, alimentação e tratamento médico das pessoas de restrita capacidade econômica (art. 15, § 1º), percebendo-se aqui uma preocupação do constituinte com as classes menos favorecidas. [...]. Contudo, a imunidade prevista no referido dispositivo não foi efetivamente aplicada, permanecendo letra morta durante a vigência da Constituição de 1946 (BALTHAZAR, 2005, p. 126-127).

Desse modo, percebemos que é a primeira Constituição brasileira a utilizar o termo “templo”, além de garantir o que veio a ser considerada como imunidade tributária dos templos. Basta observar a previsão do art. 31, V, *b*, em que se estabelecia a vedação de todos os entes políticos de lançar impostos sobre templos de qualquer culto<sup>39</sup> (MARTON, 2013, p. 11).

Embora houvesse uma previsão de limitação da liberdade religiosa, uma vez que a Constituição de 1946 assegurava a inviolabilidade da livre consciência e crença, desde que não se contrariasse a ordem pública ou os bons costumes (art. 141, § 7º), simultaneamente, havia uma regra que beneficiava os templos religiosos de quaisquer religião. Analisando essa conjuntura, fica claro que a regra do art. 31 era negado, de certo modo, a práticas que não estavam inseridas em uma ordem social da época.

#### **1.2.1.6 Constituição da República Federativa do Brasil de 1967 e de 1969**

O advento da Constituição de 1967 foi uma adequação das vontades particulares manifestadas pelo regime militar ao ordenamento jurídico da época. Para além do argumento de segurança nacional, buscava-se a integração nacional, com um aumento substancial na rede de agropecuária, além de investimentos para uma melhor estruturação do corpo institucional. Assim, os poderes de autonomia dados aos Estados-

---

<sup>39</sup> A expressão “templos de qualquer culto” surgiu primeiramente a partir da Constituição de 1946.

membros são reduzidos significativamente para atender um poder mais centralizado (FILHO, ELOI; SOBRINHO, LITON, p. 1692).

Sob o aspecto das imunidades tributárias, estavam previstas no inciso III do artigo 19, ainda aqui, repetição literal do texto da EC 18/65, mas sem a imunidade aos tributos do papel destinado à impressão de jornais, livros e periódicos. No que diz respeito à imunidade do papel e de livros e periódicos, é muito importante se faça um comentário no sentido de que essa inicialmente (durante a vigência da CF/46) se deu para que fosse barateado o preço desses produtos aos leitores, todavia, tal regra foi distorcida e acabou servindo apenas para o aumento do lucro dos editores, sem que fosse repassado benefício algum para os público consumidor de livros e periódicos (FILHO, ELOI; SOBRINHO, LITON, p. 6192).

A Constituição de 1967 teve uma vida curta. Em razão dos conflitos que estavam ocorrendo entre o Congresso e o Executivo pelo controle político do Estado, os quais vinham aumentando gradualmente, foi imposto pelos militares o instrumento que permitiu um controle total sobre a população brasileira. O Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, fez com que os militares tivessem amplo poder normativo e executivo, além de influenciar na área judiciária<sup>40</sup>, esvaziando todo o corpo constitucional da Constituição de 1967. Como consequência natural para esse desfecho foi a edição da Emenda Constitucional nº 1/69 (BALTHAZAR, 2005, p. 171).

Contudo, dentro dessa conjuntura de alterações no corpo constitucional, as imunidades tributárias, em um plano geral, se assemelhou ao que vigorava anteriormente, mantendo as mesmas orientações da Constituição de 1967. A diferença respalda nos seguintes acréscimos de hipóteses de imunidade: “imunidade da ‘pequena gleba rural’, espécie já prevista, porém com outra terminologia e requisitos; imunidade sobre a utilização de veículo automotor” (FILHO, ELOI; SOBRINHO, LITON, p. 1692).

---

<sup>40</sup> Segundo Anthony Pereira, na obra “Sistemas de judiciais e repressão política no Brasil, Chile e Argentina”, dentro da área jurídica, o controle exercido detinha um caráter de construção de legitimidade do processo e do julgamento do mesmo, para gerar uma estabilidade na relação repressão-oposição. Todavia, uma ampla maioria da população acabava sendo condenada, uma vez que os magistrados que julgavam causas cíveis pertenciam à esfera militar. O que destoava, e muito, dos sistemas judiciais aplicados nos países vizinhos ao Brasil que também sofreram ditaduras militares (Chile e Argentina).

### 1.2.1.7 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

A Constituição Federal de 1988 trouxe consigo, e reforçou, todo o conteúdo acerca de direitos fundamentais, antes negados durante o regime militar. Além disso, prestigiou o ordenamento jurídico brasileiro com outras garantias e direitos antes não previstos, a exemplo do direito de voto para analfabetos, direito de greve, diminuição da jornada de trabalho para 44 horas semanais, tortura como crime inafiançável e não anistiável, entre outros (GUIMARÃES, 2014, p. 47). Tamanha a repercussão de abrangência que a atual Constituição conseguiu alcançar que acabou recebendo o título de constituição cidadã.

Nesse contexto, os cultos religiosos receberam um tratamento próprio. Expressamente previsto no art. 5º, VI a VIII, da Constituição Federal de 1988, delimita-se a inviolabilidade e a liberdade de consciência e crença, sendo assegurado o seu livre exercício. Ademais, reforça o aspecto de laicidade do Estado para com a religião, sendo vedado o estabelecimento, por qualquer ente político, de religião ou de culto religioso, além de ser defeso a possibilidade de subvencioná-los, nos termos do art. 19 da Constituição de 1988 (FILHO, ELOI; SOBRINHO, LITON, p. 6193).

Quanto ao aspecto de imunidade tributária, o instituto teve uma recepção exaustiva. Em tese, estão previstos 28 hipóteses de imunidade (FILHO, ELOI; SOBRINHO, LITON, p. 6193). A imunidade sobre templos de qualquer culto encontra-se inserido nesse diapasão, tendo como fundamento a própria liberdade de consciência e crença já elencada (SABBAG, 2010, p. 330). Embora haja uma previsão expressa nesse aspecto, a abrangência aplicada ainda aparece como tema de destaque na doutrina e na própria jurisprudência.

Para uma melhor compreensão desse alcance interessa aqui a utilização da teoria moderna da concepção do templo como entidade<sup>41</sup>, por garantir uma maior dinamicidade às questões jurídicas, possuindo uma característica que está além de caracterizar o templo como simples pessoa jurídica, levando em conta a própria ontologia do templo em si. Assim, aproxima-se mais das manifestações advindas da

---

<sup>41</sup> De acordo com o “Manual de Direito Tributário” de SABBAG, a doutrina elenca duas teorias além da teoria moderna: a) teoria clássico-restritiva (concepção do templo como coisa) conceituando o templo como, unicamente, o local destinado a realização do culto, abrangendo o conjunto de coisas que o compõe; b) teoria clássica-liberal (concepção do templo como atividade) que determina como templo tudo aquilo que viabiliza o culto.

organização religiosa. Para essa teoria não se deve levar em conta o conjunto de coisas ou as pessoas que compõe o templo, mas sim a entidade mantenedora do templo religioso (SABBAG, 2010, p. 333).

Dentro da conjuntura dessa espécie de imunidade, a atual Constituição garante a desoneração de, tão somente, impostos que possam recair sobre o patrimônio, renda e serviços, desde que estejam relacionados com finalidades essenciais das entidades que possuem a garantia em questão. Nesse sentido, tende-se a desconsiderar a origem do patrimônio, renda e serviço, prestigiando mais as atividades essenciais da entidade, ou seja, a destinação dos recursos obtidos que deverá ser levada em conta, permitindo abranger bens de aproveitamento indireto<sup>42</sup> (COSTA, 2001, p. 159).

Mesmo com o advento da Constituição de 1988, estruturando todo o arcabouço normativo no que tange a garantias constitucionais, especialmente fornecendo amparo à liberdade religiosa a todas as crenças, não se verifica um mesmo tratamento doutrinário aos templos que possuem vínculo ao semblante negro. Ou seja, religiões de matriz africana não apresentam destaque nos manuais de Direito Tributário, uma vez que são deixadas de lado pelos juristas. Como se verá adiante, essa marginalização acaba precarizando a aquisição de garantias, como a imunidade tributária, fazendo com que essas entidades recorram a outros meios para conseguirem usufruir melhor de sua liberdade religiosa.

---

<sup>42</sup> Conforme salienta SABBAG, no “Manual Jurídico de Direito Tributário”, por meio da teoria moderna, a imunidade sobre templos não alcança somente os bens necessários para o funcionamento do culto, mas também aqueles bens que se podem aproveitar indiretamente, a exemplo dos imóveis alugados a terceiros. Todavia, é necessário que os frutos oriundos desses bens sejam reinvestidos integralmente nas atividades essenciais, não provocando dano a livre concorrência.

## **CAPÍTULO II – O SILÊNCIO DOS JURISTAS SOBRE AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA E A INFLUÊNCIA DA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA HEGEMÔNICA**

O objetivo deste segundo capítulo é apresentar uma análise acerca da doutrina jurídica pensada contemporaneamente, em conjunto com a aplicação dessa orientação nos Tribunais Superiores pátrios. Trata-se de compreender como é abordada a imunidade tributária sobre templos de qualquer culto e como de fato é aplicada nos casos.

Para realizar a primeira parte da análise, qual seja, da aferição da doutrina atual e majoritária, utilizamos uma metodologia desenvolvida por DUARTE (1998), embora adaptada, em seu trabalho de identificação da narrativa histórica do Direito Penal apontada como oficial nos manuais introdutórios na formação jurídica da graduação. De modo semelhante, utiliza-se a metodologia para elencar quais os principais manuais da área tributária adotados no curso de Direito Tributário.

A seleção dos manuais como objetos de análise se deu em razão da própria capacidade de estruturação do que seria um Direito Tributário, posto que o uso de manuais e nessa ciência é algo frequente no Ensino Superior. O conjunto bibliográfico repassado nos cursos de graduação reproduzem determinadas aplicações e interpretações de normas jurídicas, baseada em um específico discurso histórico (DUARTE, 1998, p. 40).

Para elaborar o conjunto de obras a serem analisadas, abrangendo agora a segunda parte da análise a ser desenvolvida no capítulo, optamos pela utilização do critério de recorrência de citação de determinados autores nas decisões judiciais em Tribunais Superiores (Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal)<sup>43</sup>.

---

<sup>43</sup> O uso desses Tribunais tem respaldo na capacidade de que, a partir deles, a jurisprudência vai se uniformizando quanto a determinada questão jurídica, no presente caso imunidade tributária sobre templos de qualquer culto.



Além disso, é confirmada a importância dada a esses títulos devido a capacidade de que, não somente magistrados se utilizarem dessa ou daquela doutrina, mas também a própria maior quantidade de citação de determinadas obras em diversos manuais jurídicos.

Portanto, partimos de uma análise da jurisprudência nacional, na qual a pesquisa à rede de dados de julgados (acórdãos) foi feita nos próprios sítios eletrônicos de cada Tribunal, valendo-se da “Pesquisa Livre”. O argumento utilizado na pesquisa foi “imunidade mesmo templos”, retornando como resposta: 16 acórdãos no Supremo Tribunal Federal e 7 acórdãos no Superior Tribunal de Justiça, resultando em 23 acórdãos no total. Desses, a pesquisa se restringiu a apenas 13, porquanto apresentavam uma maior argumentação nos votos dos Ministros Relatores, bem como nos votos divergentes, além de apresentarem a fundamentação na doutrina jurídica, algo que não se verificava nos demais julgados, mas sim citação voltada a casos considerados paradigmas quanto à imunidade tributária sobre templos<sup>44</sup>.

Do conjunto de acórdãos colhidos, foram selecionados os autores que se faziam presentes nas suas fundamentações e, por meio da aferição das obras, elencaram-se os demais que tinham bastante referências quanto a tema constitucional em questão. Assim, totaliza-se em onze juristas cujas obras denotam importância para aplicação prática do instituto da imunidade tributária.

## **2.1 A Doutrina e a Formação da Argumentação Jurídica Excludente**

Os discursos dos juristas, majoritariamente, convergem para um apagamento das religiões de matriz africana. Abordando de maneira universal os efeitos do instituto da imunidade tributária sobre templos de qualquer culto, viabiliza-se a perpetuação da reprodução de um contexto de aplicação jurídica voltado para valoração de determinadas religiões e, simultaneamente, a exclusão de outras. Partindo de manuais jurídicos cujos doutrinadores são considerados clássicos na formação acadêmica da graduação, verificamos que há uma negação de espaço para religiões de matriz africana, principalmente no debate dentro do campo de limitação do poder de tributar, em especial, a imunidade tributária sobre templos de qualquer culto.

---

<sup>44</sup> Os julgados excluídos tinham como base para fundamentação dos dispositivos a própria aplicação da Súmula nº 7 do STF, uma vez que seria tese para revolvimento de matéria fática já discutida em sede de segunda instância.

A partir de exposições breves a respeito do tema, sendo que poucos se debruçaram de fato a tratar da construção histórica do instituto, bem como da própria aplicação da garantia constitucional. Percebe-se que os manuais jurídicos ficam atrelados a uma questão que, supostamente, é de conhecimento comum as acepções advindas da norma imunitória sobre templos.

As considerações levantadas por DUARTE (1998), ao abordar os estudos de Hespanha, são, pois, pertinentes, uma vez que a dogmática jurídica atual busca apresentar um modelo de aplicação normativa sem uma crítica do instituto. Omitindo-se na própria construção histórica do instituto, a imunidade tributária sobre templos emerge na Constituição Federal sem nenhuma problemática na expressão “qualquer culto”, posto que é aceitável a aplicação em um universo previamente conhecido do que seriam culto e religião.

Dessa forma, dos tratados de Direito, nos quais se dedicavam longas páginas às questões históricas e filosóficas mais gerais, passou-se para o manual, que se apresentava como uma forma de conhecimento fácil, no qual, a cada passo, a descrição histórica vai sendo reduzida, ou, simplesmente, é substituída pela abordagem técnica, até se chegar aos códigos comentados, representantes de uma forma de conhecimento de acesso imediato e parcializado e aos programas informatizados que radicalizam essa perspectiva (DUARTE, 1998, p. 43).

Todos autores utilizados como referência colocam a necessidade da citada imunidade tributária como uma forma de assegurar a liberdade religiosa, de modo a facilitar a manifestação de religiões livremente, por se tratar de uma garantia fundamental prevista constitucionalmente (BASTOS, 2001, p. 132; CARRAZZA, 2010, p. 783; CARVALHO K., 2011, p. 684; COELHO, 2009, p. 265; COSTA, 2001, p. 156-157; MENDES, 2011, p. 1483-1484; SABBAG, 2014, p. 330; TORRES, 2010, p. 74).

Nesse sentido, há uma ampla aceitação sobre o fenômeno teleológico do instituto ao assentarem que a imunidade em questão encontra-se atrelada a liberdade religiosa, como forma de que o Estado não intervenha no campo particular, para melhor desenvolvimento das crenças e práticas religiosas inerentes a cada indivíduo<sup>45</sup>.

---

<sup>45</sup> As referências utilizadas pelos autores dizem respeito a separação entre o Estado e a Igreja, onde aquele passa a adquirir o título de laicidade, desde a Proclamação da República.

Contudo, em que pese a existência desse posicionamento de amplitude de liberdade, observamos que o conjunto de aplicação do instituto para a grande maioria dos juristas encontra-se vinculada apenas a algumas religiões e não a todas elas. Para tanto, basta constataremos quais os tipos de entidades levantadas por eles em seus manuais que merecem a garantia constitucional.

CARRAZZA (2010), ao tratar do tema, aponta que a imunidade tributária sobre templos deve apresentar uma larga interpretação, assim como o conceito de templo, para que tenha um alcance amplo. Todavia, essas interpretações amplas que delineia em sua obra só carregam consigo expressões que remetem a um conjunto específico de religiões, quais sejam, o catolicismo e os cultos evangélicos.

Mais que templo propriamente dito – isto é, o local destinado a cerimônias religiosas –, o benefício alcança a própria entidade mantenedora (a Igreja), além de se estender a tudo quanto vinculado às liturgias (batizados, celebrações religiosas, vigílias etc)(CARRAZZA, 2010, p. 786).

Ademais, salienta o autor que, em tese, há uma presunção *a priori* acerca das religiões, onde se presume que todas são legítimas. Em seguida, realiza uma ressalva de saber “se o ‘culto’ atende aos requisitos mínimos de espiritualidade e transcendentalidade, para que venha guindado ao patamar de verdadeira religião” (CARRAZZA, 2010, p. 790).. Porém, dada a acepção do alcance da garantia imunitória, por meio de seus exemplos, percebe-se uma clara referência a condições abarcavam a religiões específicas. Seguindo essa linha, o autor elencou os seguintes requisitos para o reconhecimento de uma confissão religiosa:

“a) crença comum num Ser Supremo e Transcendente; b) alguns atos de culto disciplinando a relação dos fieis, que devem ser em número significativo, com o Ser Supremo e Transcendente, em que creem; c) uma organização jurídica, por mínima que seja, indicando a designação da entidade, seu regime de funcionamento e seus órgãos representativos (ministério sacerdotal, pastoral ou hierárquico); e d) certa estabilidade, isto é, vontade de perdurar no tempo” (CARRAZZA, 2010, p. 802-803).

Entretanto, para não dar margem de fuga a interpretação ampla da garantia constitucional, buscou estabelecer uma relação entre culto e o sentido de confissão religiosa. Assim, conseguiu trazer para um determinado conjunto de religiões, quais sejam a Igreja

Católica e aquelas advindas da Reforma Protestante, as comunidades judaicas e muçulmanas, “que, embora se caracterizem pela dispersão e multiplicidade e se relacionem mais por vínculos religiosos que jurídicos, têm uma fé comum” (CARRAZZA, 2010, p. 802).

Pelo exposto, fica evidente que religiões, as quais não possuem os requisitos mínimos para usufruírem da imunidade tributária, encontram-se ligadas às matrizes africanas. Em nenhum momento o autor buscou colocar o Candomblé ou a Umbanda, por exemplo, como confissões religiosas aptas a perceberem a garantia constitucional, porquanto não se inserem nos requisitos apontados por CARRAZZA.

O posicionamento de CARRAZZA na área tributária possui uma ampla aceitação entre os juristas, embora não seja uma orientação pacificada. Outros autores, entre eles MACHADO, SABBAG, COSTA, MORAES, MEIRELLES, buscam seguir a mesma linha, no sentido de realizar um discurso de grande abrangência de aplicação da imunidade tributária sobre templos, em razão da liberdade religiosa e o fim do Estado confessional, para em seguida invisibilizar determinadas religiões.

Para MACHADO, a imunidade tributária sobre templos abarca “missas, batizados ou qualquer outro ato religioso. [...]. Mas, pode incidir imposto sobre bens pertencentes à Igreja, desde que não sejam instrumentos desta” (MACHADO, 2011, p. 289). SABBAG apresenta um grande leque de possibilidade de reconhecimento, porém busca exemplificar a amplitude da garantia constitucional utilizando-se de exemplos que remetam à religião católica, no uso de termos como Igreja e dízimos (SABBAG, 2014, p. 337-339).

COSTA salienta que o patrimônio, a renda e os serviços, objetos da imunidade em questão, diz respeito às finalidades essenciais da própria Igreja (COSTA, 2001, p. 158). MORAES, ressaltando a doutrina de BALEEIRO, acrescenta que o instituto alcança não só os imóveis para realização do culto, mas também aqueles estejam relacionados com a atividade essencial, a exemplo dos seminários, as sacrisias e a residência oficial dos ministros religiosos (MORAES, 2008, p. 869). Da lição de MEIRELLES, retira-se o entendimento de que apenas as igrejas possuem o direito a esse benefício, uma vez que são consideradas como templos onde se realizam cultos religiosos (MEIRELLES, 1998, p. 172).

Outros autores não se preocupam com essa delimitação. Talvez por considerarem desnecessário um aprofundamento a respeito, ante a presença de uma estrutura legal expressa. Assim, utilizando de caracteres universalistas, colocam que a incidência da imunidade tributária sobre templos se dá de forma universal ou, simplesmente, apontam a existência do instituto no conjunto legal da Constituição Federal de 1988.

Desse modo, MENDES (2011) trata o instituto como um instrumento que visa a assegurar a liberdade religiosa, colocando o templo como “local onde se pratica toda a manifestação organizada de religiosidade, ainda que não seja um prédio. A proteção é válida para qualquer religião lícitamente praticada” (p. 1483). Noutro giro, AMARO (2011), um dos maiores célebres juristas do campo tributário, não chega a se debruçar sobre a imunidade tributária sobre templos religiosos em si, posto que apenas faz menção ao dispositivo constitucional (p. 179).

Já CARVALHO assume uma postura bastante liberal, no sentido de que a interpretação extremamente lassa sobre o que seria culto religioso, abarcando todas as irradiações possíveis de manifestação, “por mais estrambóticas, extravagantes ou exóticas que sejam” (2009, p. 207-208). O autor se limita a essa definição, não elaborando melhor seu pensamento.

Em contraste a esses autores, há tão somente uma única vertente doutrinária que, de fato, amplia a abrangência da imunidade tributária, fugindo de possíveis restrições mínimas que remetam a religiões católica e evangélica. COELHO (2009), excetuando-se os cultos que geram abuso da religião<sup>46</sup>, delimita que templo

não é só a catedral católica, mas a sinagoga, a casa espírita kardecista, o terreiro de candomblé ou de umbanda, a igreja protestante, shintoísta ou budista e a mesquita maometana. Pouco importa tenha a seita poucos adeptos. Desde que uns na sociedade possuam fé comum e se reúnam em lugar dedicado exclusivamente ao culto da sua predileção, este lugar há de ser um templo e gozará de imunidade tributária. [...]. Imune é o templo, não a ordem religiosa. Esta pode gozar de isenções

---

<sup>46</sup> Aqui a autora aponta os casos de abuso que acabam dando ensejo ao poder polícia, com intuito de findar os atos considerados religiosos. Ela entende por abuso os sacrifícios humanos ou fanatismo demente e visionário, além da prática de comércio, com *animus lucrandi*, sob a capa da fé.

quanto a seus bens, rendas, serviços, indústrias e atividades, se pias, caritativas, filantrópicas (COELHO, 2009, p. 269).

Encontramos, portanto, um princípio de preocupação alarmante a partir das doutrinas prolatadas pelos diversos manuais jurídicos, passados na formação jurídica dos cursos de graduação, pois visam a prolongar um pensamento que é repassado continuamente. Uma orientação que tende, paradoxalmente, ampliar um rol de garantias de direitos e não permitir o acesso a eles a determinados grupos. Majoritariamente, a doutrina tende a colocar como possíveis não perceptores da imunidade tributária sobre templos aquelas religiões cujos cultos não situam-se dentro de um modelo de religião previamente fixado<sup>47</sup>, o qual foi imposto, enquanto aquelas que permearam dentro desse contexto já recebem efetivamente o amparo legal, porquanto conseguiam deslocar perfeitamente na construção histórica que se era realizado no Brasil.

## **2.2 O Tratamento nos Julgados do STF e STJ e a Legitimação da Exclusão**

O Poder Judiciário tem como função jurisdicional a resolução de conflitos, sendo uma disposição que o próprio Estado exerce, por meio de órgãos decisórios, quais sejam magistrados, investidos de poder-dever de dizer direitos. Mesmo que a tripartição dos poderes não esteja em um modelo segundo a teoria de Montesquieu<sup>48</sup>, uma vez que o atual entendimento é a presença de funções atípicas dos outros dois poderes<sup>49</sup>, ainda se materializa como função típica do Judiciário a tarefa de organizar a vida social estabelecendo os sentidos que uma norma carrega consigo.

Tendo isso em vista, o Direito e o Poder Judiciário encontram-se vinculados de modo a proporcionar a própria moldagem social, pois esse intenta a aplicação daquele. Mesmo não sendo a justiça em si, como salientou DERRIDA, o Direito, as leis do ordenamento jurídico, não pode ser aplicado sem a conjuntura de força, violência, revestida de uma autoridade como forma de manutenção do próprio Direito (DERRIDA, 2010, p. 81-82).

---

<sup>47</sup> Esse modelo, precisamente, apresenta traços de similitude com a religião católica: a crença em um só Deus; a utilização de uma doutrina estipulada em um livro base; a figura de um profeta; etc. Desse modo, podemos incluir o judaísmo e o islamismo como religiões aptas a perceberem a garantia constitucional.

<sup>48</sup> A Constituição Federal adota, em parte, essa teoria, posto que divide os poderes da União em três, sendo eles harmônicos e independentes entre si, nos termos do art. 2º da CF: Legislativo, Executivo e Judiciário.

<sup>49</sup> O que não significa uma intervenção de um nos outros, mas sim da existência de controle e colaboração de forma recíproca, com intuito de evitar desmandos e distorções.

A palavra “*enforceability*” chama-nos pois à letra. Ela nos lembra, literalmente, que não há direito que implique *nele mesmo, a priori, na estrutura analítica de seu conceito*, a possibilidade de ser “*enforced*”, aplicado pela força. Kant o lembra desde a *Introdução à doutrina do direito* (no § E, que concerne ao “direito estrito”, *das stricte Recht*). Existem, certamente, leis não aplicadas, mas não há lei sem aplicabilidade ou “*enforceability*” da lei sem força, quer essa força seja direta ou não, física ou simbólica, exterior ou interior, brutal ou sutilmente discursiva – ou hermenêutica –, coercitiva ou reguladora etc. (DERRIDA, 2010, p. 8-9)

O Poder Judiciário, no Brasil, representa essa esfera de aplicabilidade imposta por uma autoridade. É a partir desse poder que se assenta determinado sentido à norma, autoriza alguma execução fiscal, entre outros. Ou seja, é uma esfera que dita as regras do jogo e, conseqüentemente, a dinamicidade social, já que ambos encontram-se entrelaçados (DUGUIT, 1996, p. 25-26).

Percebe-se que esse poder da União acaba por agravar a situação de diversas comunidades, principalmente, no tocante àquelas que carregam o semblante negro consigo. É uma base institucional do Estado, o mesmo que detêm um processo histórico conservador que ainda persiste contemporaneamente, que realiza as decisões judiciais e, a priori, são legítimas<sup>50</sup>.

BOURDIEU já apontou sobre o poder advindo do juiz ao resolver as lides. Esse poder de grande autoridade e legitimada encontra-se no veredicto do juiz. Pertence, portanto, à classe dos *actos de nomeação* ou de *instituição*. Devido a essa capacidade de nomear, o autor estabelece o Direito como

a forma por excelência do poder simbólico de nomeação que cria coisas nomeadas e, em particular, os grupos; ele confere a estas realidades surgidas das suas operações de classificação toda a permanência, a das coisas, que uma instituição histórica é

---

<sup>50</sup> De fato, não se pode impor livremente a vontade de um magistrado. Toda decisão judicial deve encontrar amparo na argumentação do órgão decisório, precisando sua fundamentação como expõe o art. 5º, IX, da CF. É o que resolveria, em tese, a tensão entre facticidade e validade proposta por Habermas, em sua obra *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*, para legitimação de uma decisão judicial.

capaz de conferir a instituições históricas (BOURDIEU, 2009, p. 237).

Isto posto, a influência do processo de marginalização e de invisibilização do Outro encontra-se presente, dentro do mundo jurídico, não somente na doutrina majoritária, mas também na própria jurisprudência dos Tribunais pátrios, especialmente, o Supremo Tribunal Federal – STF e o Superior Tribunal de Justiça - STJ.

A escolha dos Tribunais Superiores encontra-se pautada na acepção de que ambos possuem como objetivo harmonizar e pacificar a jurisprudência brasileira. Desse modo, as decisões prolatadas carregam consigo modelos os quais demais órgãos, aqueles que se situam em instâncias inferiores, deverão se submeter.

Após análise dos julgados, quando os órgãos superiores do Judiciário elencados abordam a temática de imunidade tributária sobre templos religiosos, novamente, verificamos um silêncio atinente às religiões de matriz africana. Se não silentes, utilizam como argumento para fundamentação autores que, como foi apresentado, omitem-se quanto às religiões as quais remetam a comunidades afro-brasileiras.

O Recurso Extraordinário 325.822-2/SP, de relatoria do Ministro Ilmar Galvão, buscou abordar o reconhecimento da imunidade tributária sobre templos a determinados imóveis. Tratou-se da extensão da garantia constitucional a outros bens imóveis onde não se realizam os cultos propriamente ditos, onde figuravam como recorrentes uma diocese e três paróquias.

No arcabouço da fundamentação apresentada pela relatoria, foram utilizadas as argumentações de MACHADO, BALEEIRO, MEIRELLES e COÊLHO, para delimitar o campo ampliativo da imunidade em questão. Entendeu o Ministro Ilmar Galvão que a imunidade não poderia ser estendida a outros bens imóveis, vinculados indiretamente as mitra e paróquias, posto que não se exerciam ali atividades cuja finalidade essencial não encontra respaldo no culto religioso no caso (p. 4-10).

Divergindo da linha argumentativa do Ministro Relator, o Ministro Gilmar Mendes faz uso do pensamento de CARRAZZA, IVES GANDRA MARTINS, além de reforçar a orientação de MACHADO e BALEEIRO. Em sua leitura, verifica-se que, por uma lógica de equiparação dada pelo § 4º do art. 150 da CF, todos bens imóveis



colocados como objeto da lide deveriam receber a imunidade tributária, uma vez que é garantido a aplicação do instituto sobre o patrimônio, renda e serviços dos templos religiosos. É fazer saber que a garantia constitucional será aplicada quando se aferir que determinados espaços, por exemplo, se destinam a finalidades essenciais da entidade religiosa (p. 12-19).

Na mesma linha de pensamento do voto divergente acima, quanto à extensão da imunidade tributária sobre templos religiosos como um instituto de que deve ser interpretado de forma ampla, alcançando não somente bens vinculados diretamente ao culto, diversos julgados do STF e STJ assentaram esse posicionamento<sup>51</sup>.

Cumprir destacar ainda os julgados coletados que tratam da imunidade tributária sobre templos, todavia com enfoque na comprovação da destinação dada aos imóveis, a título de exemplo.

De acordo com a jurisprudência pacífica no STF, e reafirmada na instância do STJ, há uma presunção relativa quanto à aplicação da imunidade tributária destinada a templos de qualquer culto<sup>52</sup>. Ou seja, não cabe, primeiramente, à entidade religiosa demonstrar que uma propriedade sua exerce ou não uma finalidade essencial vinculada a suas atividades. Em tese, compete, tão somente, ao ente político que almeja a tributação de determinado bem, renda ou serviço, de um templo religioso, afastar essa presunção de modo a comprovar desvio de finalidade<sup>53</sup>.

---

<sup>51</sup> Ver também os seguintes julgados: STF – RE nº 578.562-9/BA, Rel. Min. Eros Grau, Tribunal Pleno, DJe de 11 set. 2008; STF – AgR no AI nº 690.712-8/RJ, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, DJe de 13 ago. 2009; STF – AgR no RE nº 658.080/SP, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJe de 14 fev. 2012; STF – AgR no AI nº 651.138-1/RJ, Rel. Min. Eros Grau, Segunda Turma, DJe de 16 ago. 2007; STF – AgR no AI nº 595.479/SC, Rel. Min. Ayres Britto, Primeira Turma, DJe de 05 ago. 2010; STJ – AgR no AREsp nº 671.921/RJ, Rel. Min. Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 01 jul. 2015.

<sup>52</sup> O ex Ministro Joaquim Barbosa, no julgado AgRg no AI 852.604/DF, asseverou que a Constituição Federal não dá margem para a existência de uma presunção absoluta. Nesse caso, bastaria a mera propriedade titularizada como templo de qualquer culto para conferir a proteção constitucional. Segundo magistrado, esse entendimento abriria espaço para corroer a livre-iniciativa e o equilíbrio concorrencial. Sendo assim, mesmo que haja uma competência da autoridade tributária a comprovação, a entidade religiosa deveria indicar precisamente a situação fático-jurídica de seus bens, como é o caso.

<sup>53</sup> Ver os seguintes julgados: STF – AgR no RE nº 841.212/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJe de 05 dez. 2014; STF – AgR no ARE nº 788.666/RJ, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe de 06 mar. 2015; STF – AgR no ARE nº 800.395/ES, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe de 13 nov. 2014; STJ – AgR no AREsp nº 444.193/RS, Rel. Min. Mauro Campbell, Segunda Turma, DJe de 10 out. 2014; STJ – AgR no AREsp nº 417.964/ES, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 15 abr. 2014.

Outro caso que teve maior destaque quanto à abrangência da imunidade, tendo como consequência a própria discussão acerca da definição jurídica de templo e de culto religioso, foi o julgamento do Recurso Extraordinário 562.351/RS, tendo como relator o Ministro Ricardo Lewandowski. Em síntese, o litígio versou sobre a possibilidade, ou não, da aplicação da garantia constitucional nos espaços em que se desenvolvia a maçonaria<sup>54</sup>.

Em sua fundamentação, o Ministro Ricardo Lewandowski, para saber se a maçonaria é alcançada pela garantia constitucional da imunidade tributária, levanta a doutrina de COÊLHO e de, principalmente, CARRAZZA. Afirmou que o dispositivo constitucional em questão, art. 150, VI, *b*, deve ser interpretado de forma restritiva<sup>55</sup>, onde a imunidade tributária se encontraria circunscrita em lugares nos quais se exerçam cultos religiosos, como preza o segundo doutrinador citado, porém discordando desse último por considerar a maçonaria mais como uma filosofia de vida (p. 8-14).

Para delimitar a expressão culto, o Ministro Marco Aurélio, em voto vista do mesmo julgado, embora tenha sido voto vencido, tenta conceituar o objeto da lide: a religião. Mesmo que para essa conceituação há uma disputa em diversas áreas da ciência, a exemplo da sociologia e da antropologia, o Ministro explicita uma definição simples, a partir do dicionário Aurélio<sup>56</sup> (p. 26-32).

Interessante notar que os julgados das instâncias superiores levantados, os quais versam acerca da imunidade tributária sobre templos, apresentam pontos importantes. Em primeiro lugar, nenhuma decisão colegiada teve como polo algum templo de matriz africana. Tanto o STF, quanto o STJ, buscaram resolver situações jurídicas em que templos de religiões católicas ou aquelas advindas da Reforma Protestante se fizeram presentes. Em segundo lugar, os principais julgados elencados de forma detalhada no presente tópico, sendo eles citados nos demais acórdãos para

---

<sup>54</sup> Dentre todos os julgados levantados, o Recurso Extraordinário 562.351/RS foi o único que se debruçou acerca do conceito de culto para fins de enquadramento, ou não, de templos à hipótese de imunidade tributária.

<sup>55</sup> A exegese a ser utilizada no aspecto restritivo dado pelo Ministro diz respeito a limitação de patrimônio, renda e serviços, ligados a finalidades essenciais da entidade religiosa, ou seja, a restrição diz respeito a esferas religiosas. A interpretação que é utilizada nos julgados, supostamente, é sempre extensiva, em consonância com a liberdade religiosa preconizada no art. 5º da Constituição Federal.

<sup>56</sup> De acordo com o Dicionário Aurélio Eletrônico utilizado na fundamentação, religião seria uma crença na existência de uma força ou forças sobrenaturais, criadora(s) do Universo, adorada(s) e obedecida(s), sendo sua manifestação expressa por doutrina e rituais próprios.

auxiliar na fundamentação, utilizam-se da doutrina jurídica que mantém uma omissão acerca das religiões de matriz africana.

Em que pese toda a orientação de seguir a expressão “templos de qualquer culto”, presente no art. 150, VI, *b*, da CF, ao fazerem uso de doutrina a qual nega, majoritariamente, a presença das religiões de matriz africana, os magistrados acabam por enrijecer um modelo de construção histórica advindo desde a Modernidade<sup>57</sup>. Fica evidente a forma de violência simbólica pela qual confere ao Outro a posição de subalterno, mantendo a imagem refletida de um espelho que, por ser construído pelos detentores de um poder simbólico, enaltece um reflexo distorcido<sup>58</sup> (BOURDIEU, 2009, p. 11).

Para entender essa aplicação jurídica, importa ressaltar o caminho histórico percorrido pelo Brasil, principalmente quanto a práticas de perseguições para com o semblante negro.

### **2.3 Processo de construção histórica universal e a dinâmica institucional de discriminação**

Como afirma SABBAG, no plano histórico brasileiro, não há como negar uma suposta presença majoritária do catolicismo, em razão da adoção dessa religião como oficial durante o Império brasileiro, deixando a prática das demais sob um aspecto privativo, realizadas no âmbito doméstico. Além disso, importa ressaltar que havia diversas regalias para com a religião católica (SABBAG, 2010, p. 328).

Conciliando esse contexto de predominância pública com os mecanismos institucionais da época, podemos intuir que a moldura institucional valia-se de valoração de determinada religião ao tempo em que, simultaneamente, excluía as demais religiões que predominavam em boa parte do espaço territorial brasileiro. Uma prática que se fez valer não somente na época do Império, mas que se perpetuou nos outros períodos constitucionais pelos quais Brasil passou.

---

<sup>57</sup> Para DUSSEL, essa construção histórica, que nega e extermina o Outro, advém do Mito da Modernidade, modelo histórico em que ficou estabelecido o eurocentrismo-branco como uma história universal, o centro do desenvolvimento mundial.

<sup>58</sup> Entende-se por poder simbólico, nos termos de BOURDIEU, como aquele capaz de construir uma realidade de modo a estabelecer uma ordem gnoseológica, atuando como um sistema que assegura a dominação de uma determinada classe sobre a outra.

Da leitura das Constituições passadas, desde a primeira Constituição brasileira de 1824, há, expressamente, uma garantia de liberdade de culto para com outras religiões que não a católica. Todavia, as normas que estipulavam esse direito eram sempre acompanhadas de ressalvas que deixavam uma grande lacuna no aspecto de quais cultos religiosos seriam permitidas ou não<sup>59</sup>.

A presença dessas ressalvas dentro do processo histórico de negação do Outro<sup>60</sup> deixam evidentes as marcas dos diversos atos que buscavam, e ainda buscam, negar a existência subjetiva e material de corpos que não se encontram inclusos em uma história ditada por um modelo eurocentrista. História essa pautada, dentre vários aspectos, no ocultamento do ser negro e da própria participação histórica na construção do Brasil.

Essa metodologia do esquecimento de uma história negra em muito se assemelha ao retrato holandês que BUCK-MORSS apresenta em sua obra *Hegel, Haiti and Universal History*. Observando a *Golden Age* pela qual Holanda passava, a partir dos estudos do historiador SCHAMA, o qual conseguiu descrever amplamente o período, percebeu que havia uma ênfase em ocultar os traços da etnia negra, mesmo com a existência factual bastante abrangente da população negra, uma vez que o país detinha uma grande hegemonia no mercado escravista (BUCK-MORSS, 2009, p. 23).

Adotando essa perspectiva na construção de uma nação “Brasil”<sup>61</sup>, em uma tentativa de extirpar a presença do ser negro como agente histórico, foram utilizados no nosso território diversos projetos que, paradoxalmente, adotavam posturas de suposta inclusão do negro e a exclusão prática do mesmo. Trata-se de um projeto de embranquecimento da população brasileira que ganhou força, principalmente no século

---

<sup>59</sup> Essas ressalvas eram sentidas quando abordava-se a liberdade de crença em conjunto com certas condições para o exercício dessa prerrogativa constitucional. Essas condições estavam circunscritas, de forma geral, em não ofender os “bons costumes”, a “moral” ou a “ordem pública”, termos que estiveram presentes desde a Constituição do Império de 1824, desaparecendo apenas na Constituição de 1988.

<sup>60</sup> Conforme DUSSEL, a história da América tem como base o encobrimento do Outro, sendo este o habitante autóctone (indígena) e o habitante do continente africano (negro escravizado). Esse encobrimento é realizado através de duas entradas: a) a partir de espoliações constantes em seu tempo presente; b) ocorre o esquecimento da própria capacidade de devir do Outro na medida em que a violência é legitimada.

<sup>61</sup> Falamos aqui da perspectiva adotada por Chauí, no sentido de que, a partir de uma dominação conceitual e institucional sobre o território brasileiro, a imagem do Brasil que se construía ia, aos poucos, excluindo o negro como agente histórico e promovia a idealização do corpo nacional conservador travestido de resultado do processo de desenvolvimento progressista, calcado no mito da democracia racial.

XIX<sup>62</sup>, em razão das mudanças pelas quais o país passava, como detalha AZEVEDO (1987) nos discursos parlamentares da época, principalmente sobre uma onda negra que assolava o país<sup>63</sup>.

Dentro de uma estrutura que carregava consigo a imagem da população negra como aquela que não detinha nenhum espaço que não o de submissão, normas foram colocadas para inibir qualquer tipo de ação advinda de negros e negras, ainda que libertos. É por meio das normas jurídicas que vai se consagrando um conjunto oficial, aumentando o efeito de autoridade já existente, legitimando uma cultura e condenando o Outro a suportar essa violência simbólica (BORDIEU, 1989, p. 246-250).

A tipificação de crime de vadiagem no Código Criminal de 1830<sup>64</sup>, a criação da Lei de Terras de 1850 como alternativa frente ao instituto das sesmarias<sup>65</sup>, a vedação constitucional e infraconstitucional de cultos de matriz africana em espaços públicos, são exemplos em que verificamos a atuação do aparelho estatal contra o semblante negro no decorrer do processo histórico brasileiro.

Quanto à intolerância religiosa, o Código Criminal do Império de 1830 já demonstrava forte desejo de criminalização da população negra, além de outras comunidades, impedindo a concretização pública de religiões de matriz africana. Da leitura do art. 276 do referido código, o simples exercício de uma religião negra,

---

<sup>62</sup> Embora tenha ganhado um nível mais amplo no Século XIX, as espoliações sobre o semblante negro remontavam desde o Brasil colônia, a exemplo das práticas penais que eram impostas de forma privada, passando para o âmbito público como forma de justificar o sistema penal lastreado na seletividade do indivíduo, como salienta FLAUZINA.

<sup>63</sup> Como destacou Celia Azevedo, em “Onda negra, medo branco”, em razão do aumento da violência entre senhores e escravos, da discussão sobre os chims (imigrantes do extremo oriente), torna-se mais receptiva, no início da década de 80 do século XIX, a ideia de que os imigrantes a comporem o Brasil deviam ser aqueles advindos da Europa. Ficou mais evidente a necessidade de barrar a suposta onda negra observando a sucessão de projetos, bem como as discussões sobre a impossibilidade de negros ingressarem em São Paulo.

<sup>64</sup> O tipo penal de vadiagem, apresentada pelo Código Criminal de 1830 em seu art. 295, trazia consigo uma definição muito vaga e ampla, de modo a facilmente imputar penas de prisão com trabalho forçado. Em razão dessa liquidez conceitual, muitas vezes aplicava-se o tipo penal aos negros, principalmente os libertos, por não deterem renda suficiente e não estarem em uma ocupação que não seja, aos olhos do poder público, a de escravo ou de empregado que por si só era marcado pela subordinação.

<sup>65</sup> Utilizada como instrumento para substituir as sesmarias, a Lei de Terras de 1850 apenas legitimou o aspecto latifundiário em que o Brasil se encontrava, determinando que a aquisição de terras somente deveriam se fazer valer, a partir da publicação da lei, por meio de compra e venda. Nesse sentido, impedia que diversos negros, sejam escravizados, sejam libertos, não detivessem qualquer terra de forma legal, posto que não detinham poder de compra alto o suficiente.

celebrando o culto que não seria o oficial do Estado, qual seja, o católico, ofenderia aos bons costumes e a moral (BERNARDO, 2006, p. 188).

Notório observar a passagem de uma atividade de perseguição privada para um campo público, gerando como resultado a legitimação dos diversos atos de violência para com o corpo negro. O século XIX torna-se, portanto, um período em que se buscava implantar a política de embranquecimento de forma institucional, seja através da substituição dos corpos negros pelos indivíduos europeus<sup>66</sup>, seja adotando um processo de manutenção da posição subalterna, por meio de constantes espoliações e privações (FLAUZINA, 2006, p. 55-69).

O processo de desescravização brasileiro, sob a forma da “abolição lenta e gradual”, ou da mudança sem rupturas, compreendeu, no plano legislativo, uma série de medidas que tiveram eficácia variada, com avanços e recuos. Esta legislação permite identificar alguns aspectos desta estratégia sob o ponto de vista do controle social (da liberdade) da massa escrava, tais como o destino dado aos escravos após a libertação, sua internação em instituições de seqüestro, a obrigatoriedade de prestação de serviços e a organização de um sistema de controle burocrático e policial (DUARTE, p. 510).

Desse modo, ao negro era garantida uma espécie de liberdade que diferenciava-se da liberdade destinada aos brancos. Em contraste à previsão tida no papel, na realidade nega-se qualquer tipo de liberdade à população negra, por vias de um racismo institucional<sup>67</sup>, o qual se perfaz nas macro-relações raciais. Instituições estatais, amparadas por normas que se apresentam pautadas igualdades raciais, mas na prática são inexistentes (BERTÚLIO, 1989, p. 101-105).

Do outro lado, se pregava, paralelamente, a formação histórica de uma democracia racial. Democracia esta em que se buscava, cinicamente, incorporar o negro

---

<sup>66</sup> O sistema de mão de obra escrava encontrava-se, à época, em declínio. Algumas das razões para a substituição pode ser levantada, como propõe AZEVEDO, no medo de um levante escravo contra seus senhores e a própria dificuldade de se comercializar os corpos vindos da África. Conforme a autora, essa mudança de relação trabalhista sempre teve como base, durante as discussões parlamentares levantadas, fundamentos racistas.

<sup>67</sup> De acordo com BERNARDO, o racismo institucional está imbricado com o poder simbólico, na medida em que busca se manifestar dissimuladamente, projetando uma violência simbólica – invisibilizando o ser negro e deixando-o em posição de subalterno – proporcionando uma construção de determinado modo de vida que exclui, no caso, os negros.

a história, tão somente deixando a margem da construção do país<sup>68</sup>. Falamos aqui na própria estruturação da fala para o futuro, concatenando um passado, inventado por aqueles que detinham o poder, com a própria elaboração histórica que busca silenciar o corpo negro, nas mais diversas formas e manter essa moldura se perpetuando (NASCIMENTO, 2014, p. 9-11).

Em contraste a presença articulada de uma comunidade religiosa entre parcela da população negra, foi sendo sentido na pele os constantes suplícios colocados como legítimos sobre o corpo negro e o próprio encobrimento desse último como agente não histórico. Processo que foi sendo aceito com a passagem do Brasil Império para o Republicano, perpetuando-se até os dias de hoje, uma vez que as passagens constitucionais, embora tendentes a se adaptar e estruturar novas tendências sociais, ainda se permitem a práticas institucionais racistas<sup>69</sup> (FLAUZINA, 2006, p. 41-42). Práticas que acabam influenciando a própria aplicação de garantias constitucionais, a exemplo da imunidade tributária.

Mesmo na presença de expressa de liberdade religiosa a todos os cultos, há uma negação da própria possibilidade de praticar cultos de religião de matriz africana ou, até mesmo, não se permitir abranger garantias constitucionais ao grupo em comento. Sendo assim, é perceptível que, embora utilizem um fala universalista, os juristas, dentro da esfera tributária não buscam trazer para o campo de garantias religiões que possuem matriz africana.

Como constata MARTON,

É interessante enfatizar as ressalvas à liberdade de culto: “uma vez que respeite a do Estado, e não ofenda a Moral Pública” (1824); “observadas as disposições do direito comum” (1891), “desde que não contravenham à ordem pública e aos bons costumes” (1934), “observadas as disposições do direito comum, as exigências da ordem

---

<sup>68</sup> Pode-se dizer que uma primeira tentativa de construção histórica brasileira, pelas vias institucionais, se deu a partir do concurso realizado pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, onde o ganhador foi o alemão Karl Friedrich Von Martius, com a obra *Como se deve escrever a história do Brasil*. O autor utilizou da convergência das três principais raças (indígena, negro e branco-europeu) para dar importância a essa miscigenação e como ela proporciona uma abertura histórica brasileira. Todavia, nega a participação dos negros e dos indígenas como motores essenciais para essa articulação.

<sup>69</sup> Não é de se estranhar, por exemplo, que, por contrariarem a dita ordem pública e bons costumes, foram estipulados tipos penais que inviabilizam a prática de cultos umbandistas. Em seu art. 284, o Código Penal veda o curandeirismo, onde aspectos como gestos e falas se fazem presentes na Umbanda. Ou seja, trata-se de uma religião que, supostamente, ofende os bons costumes e a ordem pública.

pública e dos bons costumes” (1937), “salvo o dos que contrariem a ordem pública ou os bons costumes” (1946, 1967 e 1969). Essas ressalvas podem ter consequências tributárias, eis que se discute na doutrina, para efeito de reconhecimento da imunidade tributária, a amplitude que deve ser admitida na expressão “qualquer culto” (MARTON, 2013, p. 10).

Essas ressalvas feitas em todas as Constituições anteriores poderiam ser facilmente sentidas no ordenamento infraconstitucional. Como já abordamos anteriormente, práticas institucionais de inibição da cultura negra, bem como de sujeição de indivíduos negros à esfera penal, foram atos que forneceram todo o amparo de perseguição discriminatória. Negar as garantias constitucionais, utilizando-se de normas infraconstitucionais e competências ordinárias como modelo de aplicação, é o que se vem percebendo durante a prática institucional racista nas Constituições passadas até os dias atuais.

Alguns episódios no âmbito do Distrito Federal demonstram atos seletivos para com o povo-de-santo. O caso da derrubada do barracão do Ilê Axé Oyá Bagan, por ordem da TERRACAP, a ação de despejo por parte da Agefis, são momentos que evidenciam a negação, por parte da própria máquina estatal, dos cultos de matriz africana nos centros urbanos, devido a um processo de higienização e marginalização dos terreiros<sup>70</sup> (IPHAN, 2012, p. 61).

O mesmo pensamento pode ser visto nos julgados elencados no presente trabalho de conclusão de curso. Nos termos dos acórdãos do STF e do STJ, a comprovação de que determinado imóvel estaria, ou não, exercendo a atividade essencial da entidade religiosa deveria ser feita pela própria Administração Pública (ente político) em que se situa o bem. Não se trata de garantir de fato direitos constitucionais, onde o particular poderia atestar as finalidades essenciais, mas deixar a margem de discricionariedade de um Estado que ainda persegue a população negra em diversos âmbitos sociais<sup>71</sup>.

---

<sup>70</sup> Trata-se de um modelo de ação em que se busca retirar dos centros urbanos os terreiros, de modo a afastá-los para as periferias. Há casos, como apontou a Superintendência do Iphan do Distrito Federal, de transferência voluntária, justamente para se evitar do poder de polícia discriminatório.

<sup>71</sup> No Distrito Federal, diversas práticas institucionais encontraram-se alicerçadas em fundamentos racistas. Desde interdições até cobrança seletiva do “habite-se”, a Agência de Fiscalização do Distrito Federal (Agefis), até 2012, conseguiu fechar casas de religião de matriz africana. Embora haja



Assim sendo, verificamos que há uma espécie de negação contínua que é passada pela doutrina, sobretudo, pelos órgãos decisórios da esfera jurídica e administrativa. Como autoridades revestidas pelo manto da legitimidade, uma vez que carregam a possibilidade de fundamentação para proferir decisões, configuram a realidade por meio de seus dispositivos situados em acórdãos. Configuram no sentido de tornar visíveis e legítimas questões jurídicas que abarquem apenas casos em que estejam no polo religiões que não pertencem aquelas de matriz africana. Em síntese, determinados direitos valem para religiões específicas, enquanto para as comunidade marginalizadas não valem, uma vez que não devem ser garantidos a elas direitos previamente constituídos, em razão das decisões proferidas com cargas simbólicas.

---

observância legal na cobrança, diversos templos irregulares, sendo eles de religiões que não remetam ao semblante negro, que se situam na mesma região que os terreiros, acabam por não sofrer o mesmo processo de cobrança. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?Editoria/Politica/Perseguiçao-institucional-aos-terreiros-do-DF-pode-acabar-nesta-segunda-%0d%0a/4/24681>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

### **CAPÍTULO III – A INADEQUAÇÃO CONSTITUCIONAL DO SILÊNCIO DOS JURISTAS**

Nessa conjuntura de negação, indaga-se até que ponto esse silêncio visto na dogmática e aplicação jurídica, decorrente de um processo histórico e institucional que nega ao semblante negro espaço de fala e atuação, está de acordo com o atual paradigma constitucional dentro de um Estado Democrático de Direito? O presente Capítulo busca apontar as contrariedades existentes entre as orientações doutrinárias e fundamentações dos juristas e a conjuntura constitucional pela qual passamos atualmente, dentro da questão da imunidade tributária sobre templos atinentes a terreiros.

O povo-de-santo, como será indicado, apresentou-se como um movimento de resistência ao próprio processo de embranquecimento dentro da história brasileira. Do século XIX, através de articulações entre as diversas nações de escravizados como meio de manter uma cultura, permitindo o exercício de cultos de matriz africana, os adeptos de religiões de matriz africana desempenharam a construção de uma própria autoconsciência identitária. PARÉS aponta o exemplo dessa inter-relação entre as comunidades negras na Bahia, identificando a importância dos cultos para elaboração de um reconhecimento coletivo da nação jeje (2007, p. 78).

Esse processo de reivindicação de reconhecimento fora pautado pelos coletivos de terreiros continuamente na história brasileira. Para se evidenciar a prática de um ocultamento dessas atividades, importa relacionar com as medidas legais infraconstitucionais citadas no Capítulo anterior. A existência dessas normas apenas confirmam a necessidade de um silenciamento por parte de Estado racista, o qual ainda se pronuncia em decisões judiciais que versem sobre templos de qualquer culto por exemplo.

Porém, verificamos que, dentro do conjunto de todas as Constituições, a única que expressou a diversidade identitária contida no país foi a Constituição de 1988. A partir desse período constitucional, foi possível ampliar a luta por reconhecimento realizada pelo povo-de-santo. Contudo, a simples expressão de direitos no texto

constitucional não permite uma efetiva garantia deles no mundo fático. Assim, foi necessário a implementação de medidas que, tendo como base o atual ordenamento jurídico contido na Lei Maior, fomentassem uma maior visibilidade a terreiros.

### **3.1 Terreiros como agentes culturais e políticos**

Mesmo com a imposição de projetos de embranquecimento populacional, as práticas de culto de matriz africana, ainda que realizadas no campo privado, se faziam presentes e tiveram papel importante em vários momentos históricos. Denota PARÉS (2007, p. 109) que, devido a estruturas sociais complexas as quais acomodaram e possibilitaram a constituição de uma comunidade religiosa afro-brasileira, abriu margem para atuação regional desse grupo, principalmente do candomblé.

Partindo da análise de jornais do século XIX, tendo como destaque *O Alabama*, periódico fundado em Salvador - Bahia em 1863, PARÉS pôde evidenciar que o Candomblé poderia também ser visto como consequência de um encontro intra-africano que permitiu a atuação de diversos negros e negras em movimentos para além de integração de povos, os quais foram resultados de um tráfico de escravos. Terreiros de candomblé, por serem espaços que buscavam manter a discricção, eram propícios para organização de movimentos insurgentes, além de permitir uma articulação ampla entre grupos oriundos da África (PARÉS, 2007, p. 128).

Além disso, “na década de 1860, a tolerância seletiva dos poderes públicos a certos candomblés poderia ter também uma justificativa política, respondendo aos interesses eleitorais da elite, que via nas congregações religiosas uma fonte significativa de votos” (PARÉS, 2007, p. 140). Como reflexo, a presença maior ou não de um poder de polícia, ou até mesmo de ataque privado de fazendeiros, que coibia a prática religiosa era aferida por meio da relação que terreiros de Candomblé tinham no campo político.

De outro lado, percebia-se também uma valoração dada aos coletivos negros que se associavam, tendo como ponto comum a religião. Nesse sentido, os terreiros forneciam espaços de abertura associativa, de modo a fornecer o contexto necessário para que ocorresse relações entre os indivíduos, proporcionando um auto

reconhecimento coletivo. De acordo com PARÉS, apontando a nação jeje<sup>72</sup> como exemplo,

[...], é a capacidade das comunidades étnicas para gerar ações de grupo de tipo associativo, baseadas em valores ou razões de conveniência comuns que me parece essencial para o desenvolvimento de uma consciência coletiva e a formação de uma identidade étnica. Além dos discursos elaborados no contexto das interações interpessoais, é nas instituições sociais que se geram os processos simultâneos de inclusão (pertencimento) ou exclusão, e é nesses relacionamentos associativos que a identidade étnica pode expressar-se com maior clareza. A participação em irmandades católicas, grupos de trabalho e congregações religiosas em volta do culto de voduns seriam exemplos dessas ‘ações de grupo de tipo associativo’ que propiciaram a consciência de uma identidade coletiva jeje (PARÉS, 2007, p. 81).

No mundo contemporâneo, afere-se as ações empreendidas pelo poder público em conjunto com os terreiros como uma das formas de resistência e luta por reconhecimento. Falamos de uma resistência busca contribuir com o processo de valorização e integração das comunidades religiosas afro-brasileiras. Nesse sentido, o Estado veste a manta de um aparelho institucional que busca, de fato, combater a visão preconceituosa direcionada aos adeptos de religião de matriz africana (IPHAN, 2012, 56-57).

Porém, apresentar essa resistência partindo tão somente do Estado seria invisibilizar a luta constante por parte do povo que carrega os elementos africanos. Como apontamos, há de fato um trabalho cooperativo entre a ferramenta estatal e os movimentos sociais, contudo somente através deles que se poderia iniciar um debate acerca do próprio reconhecimento. Movimentos sociais da década de 1970, por exemplo forneceram o quadro de questionamentos em relação à construção de identidade, fomentando o reconhecimento de direitos previstos na Constituição. (GUIMARÃES, 2014, p. 48). Assim, as demandas por reconhecimento de terreiros partem da comunidade que vivencia esse aspecto, ou seja, retira da inércia o poder estatal.

---

<sup>72</sup> Nação jeje, no candomblé, é um culto de matriz africana antigo, onde parte dos adeptos são oriundos da África Ocidental, especificamente da Nigéria, Gana e Benin. Essa nação busca cultivar os Voduns, com base na tradição Ewe-Fon do Benin.

Ademais, mais que pautas políticas, interessa-nos também a questão identitária partindo de um patrimônio cultural e religioso que os terreiros fornecem. Segundo A Superintendência do Iphan do DF, “não podemos deixar de mencionar, ainda, a relevância do legado cultural africano na conformação de concepções míticas, de valores e princípios socialmente internalizados pela sociedade brasileira” (IPHAN, 2012, p. 26).

Nesse aspecto, a organização de uma família de santo é tomada como grande. A comunidade de adeptos da religião do Candomblé, por exemplo, assume um importante papel quanto ao partilhamento de valores comuns entre os adeptos, promovendo laços de solidariedade, dotando-os de uma assinatura identitária. “Na ótica dos religiosos, a saúde coletiva e o bem-estar geral dos terreiros dependem da manutenção desse investimento de culto” (IPHAN, 2012, p. 32).

A importância dessa construção identitária reflete na individualidade de cada pessoa adepta. Falamos aqui em uma ideia de pertencimento a uma tradição sagrada. “Considerada a disposição do adepto de dar sopro vital a esse feixe de signos identitários tomados do passado e que se presentificam, ao orientar condutas, eclode em meio ao grupo religioso o que poderíamos denominar de resistência cultural” (IPHAN, 2012, p. 35).

Todo esse ensejo contemporâneo por reconhecimento possui, como base, a própria Constituição Federal de 1988. Foi através desse ordenamento jurídico constitucional que expressões, antes nunca tratadas, chegaram a ser mencionadas. Essa inovação tem como base a própria participação popular na Constituinte de 1988, em que diversas representações brasileiras passaram a ser incluídas no texto da Constituição. Surge, então, a ideia de uma abertura ampla e plural advinda da Lei Maior (DUARTE, 2011, p. 68).

Mas, a ideia de pluralidade, onde destina-se o espaço público, de visibilidade, a todos, prevista no corpo constitucional, não se apresenta como suficiente para concretude de direitos lá previstos. Dessa forma, foi preciso a implementação de instrumentos, a exemplo de políticas públicas e ações afirmativas, como práticas que forneçam o reconhecimento necessário dos terreiros.

### **3.2 Parâmetros Constitucionais para Adequação da Imunidade aos Templos Religiosos de Matriz Africana**

Somente com a vinda da Constituição de 1988 houve uma incorporação constitucional de elementos que enunciavam os ditos novos sujeitos constitucionais. Coincidindo com a participação popular da Constituinte de 1987, através de maiores canais de participação na construção das normas constitucionais, foi a primeira vez em que um texto constitucional fez referência a pluralidade do povo brasileiro. Nesse sentido, leva em consideração as contribuições das diversas etnias e culturas para formação do povo brasileiro (DUARTE, 2011, p. 68-69).

Contudo, há de se levantar críticas a essa posição plural que surgiu com a nova Constituição. A posição que assumiu apresenta-se como garantia de, tão somente, tolerância para com o Outro, fazendo com que a esfera discriminatória ainda persista. Daí a importância de que o corpo constitucional não deve dar amparo apenas à questão de enunciação de direitos, mas também fomentar o reconhecimento identitário (GUIMARÃES, 2014, p. 42-43).

Assim, com o reconhecimento do pluralismo étnico e cultural e a garantia do direito à diferença, conquistados a partir da ação coletiva dos novos atores sociais, a identidade dos povos tradicionais de matriz africana deve ser reconhecida e valorizada, sendo concretizado o direito de ser e de praticar suas tradições, em seus territórios sagrados (GUIMARÃES, 2014, p. 44).

A simples previsão constitucional de normas que enuncia esses “novos sujeitos constitucionais” deve vir, então, conciliada com um princípio da igualdade ligado com o direito à diferença. Significa interpretar o Direito como um processo que busque agregar concepções de igualdade formal e imaterial, de modo a fortalecer o movimento por reconhecimento (DUARTE; CARVALHO NETO, 2012, p. 53-54).

Ao mesmo tempo, ao surgirem no espaço público, esses novos sujeitos a habitá-lo tal como uma nômada, mas a recompô-lo em sua estrutura. Não almejam a Ordem, mas novas ordens distintas e plurais. A diferença, nesse caso, não é apenas o que se pretende corrigir com políticas de desigualdade, mas aquilo que se pretende ver manifestado

como forma também constitutiva da vida social (DUARTE, 2011, p. 86).

Desse modo, o atual contexto teórico-normativo em que se encontra a Constituição vigente é de reconhecer os direitos das minorias e fortalecê-los. A fuga de uma universalização jurídica, com vista a escapar do modelo histórico eurocêntrico, em razão do historicismo brasileiro conservador contra as minorias<sup>73</sup>, se faz necessário para um efetivo reconhecimento da diversidade, seja direito individual, seja direito coletivo (GUIMARÃES, 2014, p. 48).

Tendo isso em vista, além da presença de um Estado de Democrático de Direito no paradigma constitucional, que se desenvolve o I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, como instrumento necessário para se confrontar com as constantes discriminações, por meio do reconhecimento desses grupos<sup>74</sup> (GUIMARÃES, 2014, p. 45).

Elaborado pela SEPPIR<sup>75</sup>, o I Plano busca seguir as diretrizes internacionais estabelecidas na Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil em 2002. Através de demandas provenientes de diálogos com os povos tradicionais de matriz africana e o Governo Federal, busca implementar preceitos, tanto normativos como principiológicos, previstos na Constituição e outros instrumentos normativos que foram surgindo em razão de demandas sociais (GUIMARÃES, 2014, p. 60-61).

O I Plano traduz-se em uma política que reconhece o direito à identidade destes povos. Considerando que a partir do diálogo do Estado com as principais lideranças das matrizes africanas, conclui-se

---

<sup>73</sup> Os princípios de uma construção jurídica universal foram contestadas durante as manifestações dos escravizados e cativos do século XIX. DUARTE (2011) apresenta o caso em que a igualdade e liberdade ditas universais foram postas em cheque quando da Revolução do Haiti. Esses direitos universais seriam para quem, de fato? Esse mesmo processo de questionamento fora percebido no Brasil, onde fora projetado para o futuro.

<sup>74</sup> GUIMARÃES aponta que esse I Plano, pautado no princípio da igualdade, carrega um conjunto de ações de reconhecimento o qual busca o superamento de perspectivas que encobrem o semblante negro. Desse modo, o I Plano não buscou abordar direta e especificamente a questão religiosa do universo dos terreiros.

<sup>75</sup> Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, órgão governamental que pauta a formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial, além de políticas públicas afirmativas e acompanhamento da execução de programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais.

que outra perspectiva conceitual poderia melhor reconhecê-los. Uma vez que tratar a sua contribuição para a complexa identidade nacional brasileira apenas como religião equivaleria a limitar não somente o seu legado, mas, efetivamente, a reduzir o que eles realmente são, tendo em vista que são muito mais do que uma relação com o sagrado (GUIMARÃES, 2014, p. 37).

Além desse, o processo de mapeamento dos diversos terreiros que se encontram no Distrito Federal, resultado do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) dos Lugares de Culto de Matrizes Afro-Brasileiras no Distrito Federal e Entorno, pode ser considerada como uma ótima iniciativa tomada pela Superintendência do Iphan no Distrito Federal<sup>76</sup>. De acordo com a publicação, passa a reconhecer os lugares de culto afrodescendentes como aqueles enquadrados nos critérios legais,

pois se definem como *entidades religiosas* singulares, reconhecidas com suas respectivas casas matriciais, contam com um corpo de sacerdotes especializados e quantitativos consideráveis de adeptos, promovem celebrações e ritos de caráter privado, mas também público, sendo que, algumas delas, inclusive desenvolvem atividades de alcance social normalmente comprometidas com as comunidades abrangentes (IPHAN, 2012, p. 16).

Esse ato de reconhecimento local se fez necessário, pois quando comparados com demais templos religiosos de origem católica, por exemplo, também tombados pelo Iphan, fica evidente uma atenção reduzida dada aos cultos de matriz afro-brasileiras no decorrer dos anos (IPHAN, 2012, p. 16).

Percebemos que apenas a existência de um ordenamento jurídico constitucional não torna efetiva aplicabilidade das garantias lá previstas. A tomada de políticas públicas, a exemplo do I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, e ações afirmativas, como o

---

<sup>76</sup> O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, responsável pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, promovendo e protegendo os bens culturais, como forma de efetivar os arts. 215 e 216 da Constituição. A Superintendência do Distrito Federal, criada para gerenciar a preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal, busca articular a promoção e difusão da cultura local.



mapeamento dos terreiros do Distrito Federal pela Superintendência do Iphan, são medidas necessárias para firmar o reconhecimento identitário necessário.

Reconhecimento esse como forma de garantir, de fato, uma pluralidade constitucional marcada pelos aspectos que vão além de se situarem no mundo do legal *stricto sensu*. É dar a devida visibilidade para que haja usufruto de prerrogativas jurídicas e fazer valer direitos que lhes são garantidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imunidade tributária, como apresentamos no Capítulo I, é um instituto presente na Constituição de 1988 de modo a garantir diversas práticas que se encontram vinculadas a valores inerentes à sociedade. Assim, esse instrumento jurídico acaba por limitar o poder de tributar, impedindo que haja uma maior invasão por parte do Estado em liberdades intrínsecas aos indivíduos e aos grupos sociais. Tendo isso em vista, a liberdade religiosa, prevista no art. 5º, VI, da Constituição, encontra-se intimamente ligada com a imunidade tributária sobre templos de qualquer culto (art. 150, VI, *b*, da Constituição Federal). O fundamento está justamente na garantia de fomentar uma pluralidade religiosa, sem que haja uma maior valorização de alguma religião frente à outra, garantindo a característica de laicidade estatal.

Importa ressaltar que, por meio de uma análise histórica, descrevendo o instituto da imunidade tributária em cada período constitucional brasileiro, a presença do termo “templos de qualquer culto” apresentou-se, em um primeiro momento, na Constituição de 1946. Todavia, a aplicação do instituto dependia de uma análise em conjunto à liberdade religiosa que se preconizava na época. Paradoxalmente, concedia a imunidade tributária sobre templos desde que não se violassem os bons costumes ou a ordem pública. Assim, o entendimento foi sendo reafirmado durante as demais Constituições, findando, em tese, no corpo constitucional vigente, onde as expressões “bons costumes”, “moral” e “ordem pública”, deixaram de fazer parte da norma de liberdade religiosa. Não obstante, esse desenvolvimento histórico de ressalvas delineou uma orientação tomada pelos juristas.

No Capítulo II, aferimos a importância da formação de uma fala jurídica, posto que a partir da negação a presença do semblante negro nela, quando da linguagem argumentativa dentro dos principais doutrinadores da esfera tributária, ocasiona grandes repercussões no campo factual. A doutrina jurídica exerce um papel importante na fundamentação de possíveis decisões acerca de determinado tema. Nesse sentido, quanto à questão da imunidade tributária sobre templos de qualquer culto, a ausência de uma crítica sobre esse instituto constitucional nos manuais de Direito, uma vez que se busca atualmente a formação rápida e fragmentada do conhecimento, sem um estudo aprofundado e “ahistórico”, passa-se a afirmar uma ideia universal de aplicação do instituto. Um sistema de interpretação jurídica universal que utiliza apenas a lente formal, não se atentando a garantia de direitos materiais. Como consequência, os terreiros enfrentam dificuldades para assegurarem a posição de detentores de garantias constitucionais.

Ainda no Capítulo II, essa formação doutrinária acaba refletindo nos acórdãos de Tribunais Superiores, onde a figura de religiões de matriz africana, simplesmente, é tida como omissa nos fundamentos dos magistrados e nas partes das relações judiciais. Esse ocultamento revela alguns pontos cruciais. Há uma prática de violência simbólica nos julgamentos, pois sintetizam os argumentos com base na doutrina que negligencia a presença do povo-de-santo e enaltece cultos católicos, criando a imagem de que é garantida a imunidade tributária somente a essas últimas. Do outro lado, quanto à inexistência dos terreiros como partes da lide, intuimos que há uma negação do acesso ao Judiciário, devido a uma prática institucional discricionária, muitas vezes na esfera administrativa.

Por fim, no Capítulo III, demonstramos como essa prática racista pelas vias institucionais, no tocante às decisões judiciais, encontra-se inadequada, em razão do paradigma constitucional no atual Estado Democrático de Direito. Com a vinda da Constituição de 1988, a menção à pluralidade de povos se fez presente, retratando, de forma legal, a garantia de diversos direitos aos mais variados grupos sociais. Contudo, a simples menção não permite a efetivação desses direitos por si. Em relação à comunidade negra, particularmente em relação aos cultos de matriz africana, foi necessária a tomada de políticas públicas e ações afirmativas com intuito de concretizar o reconhecimento identitário almejado por esse grupo. Desse modo, a atuação conjunta do poder público e de lideranças religiosas, especialmente iniciadas por essas, fomenta o

processo da busca por reconhecimento. A criação do I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e o mapeamento de terreiros no Distrito Federal e Entorno são resultados de que a luta por reconhecimento vem ganhando espaço e garantindo uma maior pluralidade constitucional.

Nessa linha, em contraste aos acórdãos e doutrinadores que buscaram permanecer omissos, entende-se que a imunidade tributária sobre templos de qualquer culto também deve ser aplicada nos casos dos terreiros. Pois eles demonstram a própria complexidade como grupos que transcendem simples aspectos religiosos, passando a exercer uma importância política e identitária para com os indivíduos.

Embora tenha sido feita uma crítica a respeito de decisões judiciais em instâncias superiores, mesmo com a presença universal de um conjunto de acórdãos que não tratam de aferir a garantia constitucional em questão a terreiros, não se pode generalizar que o Judiciário como um todo nega a aplicação desse instituto, ou até mesmo omite-se. Todavia, não há como negar a influência de um pensamento que veda a pluralidade por parte de magistrados, posto que ainda encontramos afirmações de que Umbanda e Candomblé não podem ser considerados religiões, como visto da sentença judicial proferida na 17ª Vara do Rio de Janeiro.

No mais, o presente trabalho não busca findar-se, fechando as portas para futuras pesquisas. Ainda se verifica certas lacunas que não foram desenvolvidas na pesquisa, a exemplo da prática discriminatória no âmbito administrativo. O processo de regularização de um terreiro enfrentaria maiores dificuldades que uma igreja católica? A atuação de órgãos fiscalizatórios sobre templos apresentam uma seletividade racial? São questionamentos que precisam de um maior aprofundamento empírico, uma vez que essas questões variam de região para região.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 17ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2011.

AMED, Fernando José.; NEGREIROS, Plínio José Laviola de Campos. **História dos Tributos no Brasil**. São Paulo: Sinafresp, 2000.

AZEVEDO, Celia M. M. de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BALTHAZAR, Ubaldo Cesar. **História do Tributo no Brasil**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

BERNARDO, Augusto Sérgio dos Santos S. **Identidade Racial e Direito à Diferença Xangô e Thémis**. Dissertação de mestrado. Brasília: UnB, 2006.

BERTÚLIO, Dora Lúcia de Lima. **Direito e Relações Raciais: uma introdução crítica ao racismo**. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 1989

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm)>. Acesso em: 15 out. 2015.

BRASIL. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm)>. Acesso em 15 out. 2015.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm)>. Acesso em 15 out. 2015.

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm)>. Acesso em 15 out. 2015.

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm)>. Acesso em 15 out. 2015.

BRASIL. Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm)>. Acesso em 15 out. 2015.

BRASIL. Constituição (1967). **Emenda Constitucional nº 1, de 17 out. 1969**. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 jan. 1967. Brasília, 1969. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc\\_anterior1988/emc01-69.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm)>. Acesso em 16 out. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 15 out. 2015.

BRASIL. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, 2013. MARTON, Ronaldo Lindimar José. **A Imunidade Tributária dos Templos de Qualquer Culto na Interpretação da Constituição Adotada pelo Supremo Tribunal Federal**. Fevereiro, 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 325.822/SP. Rel. Min. Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, Brasília, DF, 14 mai. 2004. Disponível em:

<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=260872>>.

Acesso em: 6 nov. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 562.351/RS. Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, Brasília, DF, 13 dez. 2012. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=3195619>>.

Acesso em: 3 nov. 2015.

CARRAZZA, Roque Antonio. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. 26ª Edição. Malheiros Editores, 2010.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário**. 21ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2001.

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de Direito Tributário Brasileiro**. Ed. Forense. Rio de Janeiro, 2009.

COSTA, Regina Helena. **Imunidades Tributárias: teoria e análise da jurisprudência do STF**. São Paulo: Malheiros Editores, 2001.

DUARTE, Evandro Charles Piza. **Criminologia e Racismo. Introdução ao processo de recepção das teorias criminológicas no Brasil**. Dissertação de Mestrado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 1998.

\_\_\_\_\_. Capítulo I: Pluralismo e políticas de reconhecimento – perspectivas sobre reconhecimento de novos sujeitos constitucionais. In: **Do Medo da Diferença à Liberdade com Igualdade: As Ações Afirmativas para Negros no Ensino Superior e os Procedimentos de Identificação de seus Beneficiários**. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. Capítulo III: O luralismo e o uso das narrativas sobre a história constitucional: o medo da liberdade dos povos da diáspora negra e das populações originárias das américas como problema da história constitucional. In: **Do Medo da Diferença à Liberdade com Igualdade: As Ações Afirmativas para**

**Negros no Ensino Superior e os Procedimentos de Identificação de seus Beneficiários.** Brasília, 2011.

DUARTE, Evandro Piza C.; CARVALHO NETTO, Menelick. A indeterminação dos conceitos nas políticas de acesso ao Ensino Superior. In: COSTA, Hilton; PINHEL, André; SILVEIRA, Marcos Silva. **Uma década de políticas afirmativas: panorama, argumentos e resultados.** Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012.

DUGUIT, Leon. **Fundamentos do Direito.** Revisão e Tradução: Márcio Pugliesi, São Paulo: Ícone, 1996.

FILHO, Eloi Cesar Daneli Filho; SOBRINHO, Liton Lanes Pilau. In: Encontro Nacional do CONPEDI (19. : 2010 : Fortaleza, CE). Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI – Florianópolis: Fundação Boiteux, 2010.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro.** Dissertação de Mestrado em Direito pela Universidade de Brasília – UnB. Brasília, 2006.

GUIMARÃES, Andréa Letícia Carvalho. **ÈTÓ FÚN ÀWÓN TÓ YÀTÒ: análise do I Plano Nacional de inclusão dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana a partir dos processos de reconstrução da identidade do sujeito constitucional.** Dissertação de Mestrado em Direito pela Universidade de Brasília – UnB. Brasília, 2014.

ICHIHARA, Yoshiaki. **Imunidades Tributárias.** São Paulo: Atlas, 2000.

IPHAN. **Terreiros do Distrito Federal e Entorno: Inventário Nacional de Referências Culturais.** Superintendência do Iphan no Distrito Federal. Coordenação de George Bessoni, Rodrigo Ramassote e Marcelo Reis. Textos de Marcelo Reis... [et al.]. Brasília: Iphan-DF, 2012.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário.** 32ª Edição. Malheiros Editores, 2011.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal Brasileiro.** 10ª Edição. São Paulo: Malheiros Editores, 1998.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 6ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 23ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NASCIMENTO, G. M. A (des)construção da história brasileira: a criação da memória de uma nação a partir da omissão da violência escravista colonial na obra de Von Martius. In: Congresso de Iniciação Científica da UnB, 20., 2014, Brasília. **Anais**. Brasília: UnB, 2014, p. 106.

PARÉS, Luis Nicolau. **A Formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia**. 2ª Edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PEREIRA, Anthony W. *Sistemas judiciais e repressão política no Brasil, Chile e Argentina*. In: TELES, Cecília Macdowell Santos Edson. TELES, Janaína de Almeida [org.]. **Desarquivando a ditadura Memória e Justiça no Brasil**. Editora Hucitec. Volume I. São Paulo, 2009. p. 203 – 224.